

**Patrícia Helena Turola Takamatsu**

**ARQUITETURA VERNACULAR: Estudo de Caso Vila do Elesbão/ Santana- AP.**

**Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação**

Dissertação apresentada a Escola de Arquitetura –  
Universidade Federal de Minas Gerais como requisito  
parcial para obtenção de grau em Mestre em  
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Gestão do Patrimônio no  
Ambiente Construído.

**Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Alencar d'Araújo Couto**

BELO HORIZONTE,  
2013



T136a Takamatsu, Patrícia Helena Turola.  
Arquitetura vernacular [manuscrito] : estudo de caso Vila do Elesbão / Santana - AP : análise do habitat vernacular no ambiente construído e sua preservação / Patrícia Helena Turola Takamatsu. - 2014.  
100f. : il.

Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura nativa. 2. Patrimônio cultural. 3. Espaço urbano. I. Couto, Beatriz Alencar d'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.47

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**ESCOLA DE ARQUITETURA**  
**Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio**  
**Sustentável**

Aluna: PATRÍCIA HELENA TUROLA TAKAMATSU

Número da matrícula: 2010653976

Área de concentração: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Título da dissertação

**ARQUITETURA VERNACULAR: Estudo de Caso Vila do Elesbão/ Santana- AP:**  
**Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação**

Orientadora: Prof. Dra. **Beatriz Alencar d'Araújo Couto**

BELO HORIZONTE,  
2013.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA PATRÍCIA HELENA TUROLA TAKAMATSU nº de matrícula 2010653976 DO CURSO DE Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às treze horas e trinta minutos na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Arquitetura Vernacular: Estudo de Caso Vila do Elesbão/Santana - AP. Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação" requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, orientadora professora doutora Beatriz Alencar D Araujo Couto após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

Aprovação

Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias

Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (EAUFMG)

Prof. Dr. Marcos Olender (UFJF)

Ciente:

Patrícia Helena Turolo Takamatsu

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2013

Orientador:

Prof. Dra. Beatriz Alencar D Araujo Couto

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenador:

Prof. Dra. Marieta Cardoso Maciel "ad referendum"

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| RESUMO .....  | 12        |
| ABSTRACT .....  | 13        |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>14</b> |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....  | 14        |
| 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....  | 15        |
| 1.3 QUESTÃO DE PESQUISA E OBJETIVOS .....   | 18        |
| 1.4 OBJETIVOS .....   | 18        |
| 1.4.1 <i>Objetivo principal</i> .....   | 18        |
| 1.4.2 <i>Objetivos secundários</i> .....  | 18        |
| 1.5 HIPÓTESES DE PESQUISA .....   | 18        |
| 1.6 ESTRUTURA DA PESQUISA.....  | 19        |
| <b>2 ARQUITETURA VERNACULAR E PATRIMONIO CULTURAL .....</b>                             | <b>20</b> |
| 2.2 O CASO BRASILEIRO: WEIMER (2005).....   | 23        |
| 2.2.1 <i>Os tipos brasileiros de Weimer</i> .....                                       | 24        |
| 2.3 CARTA DO PATRIMÔNIO VERNÁCULO.....  | 30        |
| 2.5 O DEVER CONSTITUCIONAL DE “PRESERVAR/CONSERVAR”.....                                | 33        |
| 2.6 O PAPEL DO POPULAR NO PRESERVAR/CONSERVAR .....                                     | 34        |
| 2.7 MOTIVAÇÕES DE PRESERVAR/CONSERVAR.....  | 36        |
| 2.8 PRESERVAR/CONSERVAR E SEUS ENTRELAÇAMENTOS COM O VERNACULAR .....                   | 36        |
| 2.9 CRÍTICAS A PATRIMONIALIZAÇÃO CONSIDERADA NECESSÁRIA A PRESERVAÇÃO/CONSERVAÇÃO ..... | 38        |
| <b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VILA DO ELESBÃO. ....</b>                                      | <b>40</b> |
| 3.1. ÁREA DE ESTUDO .....   | 40        |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....  | 45        |
| 3.3 ESTRUTURA URBANA.....   | 45        |
| 3.4 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA .....  | 48        |
| 3.5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA .....   | 48        |
| 3.6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL .....   | 50        |
| <b>4 ANÁLISE METODOLOGICA DA VILA DO ELESBÃO.....</b>                                   | <b>53</b> |
| 4.1 RESULTADOS .....  | 84        |
| <b>5 DISCUSSÕES FINAIS .....</b>  | <b>85</b> |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>APENDICE A – BASE DE DADOS QUALITATIVOS/QUANTITATIVOS TABULADOS DAS FICHAS DO INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO .....</b>  | <b>92</b> |
| <b>ANEXO A – FICHA EXEMPLO DO INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO UTILIZADA COMO BASE DE DADOS PARA O LEVANTAMENTO. EM DESTAQUE EM VERMELHO AS FOTOGRAFIAS, PLANTAS E CROQUIS UTILIZADOS.....</b> | <b>95</b> |
| <b>ANEXO B - CARTA SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO (1999) .....</b>  | <b>97</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 – PALAFITAS DE CASAS OPERÁRIAS NA PERIFERIA DE MANAUS. FONTE: WEIMER, 2005, P.28.....  | 25 |
| FIGURA 2 – CASAS RIBEIRINHAS NO RIO NEGRO. FONTE: WEIMER, 2005, P.28.....   | 26 |
| FIGURA 3 – IGREJA DE MADEIRA EM CACHOEIRA DO ARARI. FONTE: WEIMER, 2005, P.27.....  | 27 |
| FIGURA 4 – CASA NA ILHA DE CAVIANA, AMAPÁ. FONTE: WEIMER, 2005, P.27.....   | 27 |
| FIGURA 5 – ESQUEMA DA VARIABILIDADE DAS PLANTAS BAIXAS DE ORIGEM DO COLONIZADOR PORTUGUÊS. FONTE: WEIMER, 2005, P.198.....  | 29 |
| FIGURA 6 – ESQUEMA DA VARIABILIDADE DAS PLANTAS BAIXAS DE ORIGEM DAS CASAS DOS IMIGRANTES NEGROS. FONTE: WEIMER, 2005, P.224.....   | 30 |
| FIGURA 7 – MAPA POLÍTICO DO ESTADO DO AMAPÁ- EM VERMELHO CIDADE DE MACAPÁ. EM VERDE, CIDADE DE SANTANA. FONTE: IBGE, 2010.....  | 41 |
| FIGURA 8 – MAPA DE DETALHE DIVISÃO POLÍTICA ENTRE OS ESTADOS DO AMAPÁ E PARÁ (EM CINZA). LOCALIZAÇÃO DE SANTANA EM DESTAQUE (SETA), E AFUA-PA (SETA AZUL). FONTE: IBGE, 2010.....   | 42 |
| FIGURA 9 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE SANTANA. NO DETALHE MAIOR, VILA DO ELESBÃO. FONTE: GOOGLE, 2013. ....  | 43 |
| FIGURA 10 – VISTA DE PRODUÇÃO DE EMBARCAÇÕES NAVAIS EM MADEIRA NA VILA DO ELESBÃO FONTE: IPHAN, 2009.....   | 44 |
| FIGURA 11 – MAPEAMENTO CADASTRAL DA VILA DO ELESBÃO EFETUADO PELO IPHAN NO INVENTÁRIO E CADASTRO DE CONSTRUÇÕES E OFICINAS DE CARPINTARIAS NAVAL DO ELESBÃO. FONTE: IPHAN, 2009. ....   | 47 |
| FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO DE ARSÊNIO EM PARTES POR BILHÃO (PPB) NO SANGUE DE 1.377 PESSOAS E NO CABELO DE 512 PESSOAS DA VILA ELESBÃO, CONFORME FAIXA ETÁRIA. FONTE: INSTITUTO EVANDRO CHARGAS, 2001 IN: SCAPELLI (2003,P.116) ..... | 52 |
| FIGURA 14- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS NA PESQUISA IN LOCONA REALIDADE DE EDIFICAÇÕES EXISTENTES NA VILA DO ELESBÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013. ....   | 54 |
| FIGURA 15- TABULAÇÃO DE RECONHECIMENTO CONFORME METODOLOGIA DE CARTEY & CROMLEY (2005) QUE INSPIROU A ELABORAÇÃO DO ANEXO B. FONTE CARTEY & CROMLEY (2005 P.26).....  | 55 |
| FIGURA 16 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS PASSARELAS E DOS ESTALEIROS DE CARPINTARIA NAVAL. FONTE: IPHAN, 2009.....   | 56 |
| FIGURA 19- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO TIPO DE CAIMENTO DO TELHADO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013. ....  | 60 |

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 20-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO 0 COM RIPAS DE SENTIDO VERTICAL E COM CAIMENTO LATERAL DO TELHADO, ACESSO INDIRETO A PASSARELA PRINCIPAL. FONTE: IPHAN, 2009 .....   | 61 |
| FIGURA 21-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO COM RIPAS DE SENTIDO HORIZONTAL E COM CAIMENTO LATERAL DO TELHADO, ACESSO DIRETO A PASSARELA PRINCIPAL FONTE: IPHAN, 2009.....   | 62 |
| FIGURA 22-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO COM RIPAS DE SENTIDO HORIZONTAL, USO DE VARANDA E COM CAIMENTO LATERAL DO TELHADO FONTE: IPHAN, 2009 .....   | 62 |
| FIGURA 23- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL SENTIDO DE INSTALAÇÃO DAS RIPAS DE REVESTIMENTO EXTERNO DAS PAREDES. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013. ....                              | 63 |
| FIGURA 24- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE VARANDA NA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 .....  | 64 |
| FIGURA 25-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO COM RIPAS DE SENTIDO HORIZONTAL, USO DE ALPENDRE E COM CAIMENTO LATERAL DO TELHADO .....   | 65 |
| FIGURA 26- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE ALPENDRE NA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....  | 66 |
| FIGURA 27- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 .....   | 67 |
| FIGURA 28- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POSIÇÃO DA JANELA FRENTE A FACHADA PRINCIPAL DA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 .....                                    | 69 |
| FIGURA 29- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POSIÇÃO DA PORTA FRENTE A FACHADA PRINCIPAL DA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....                                      | 70 |
| FIGURA 30- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA DAS EDIFICAÇÕES CONFORME NÚMERO DE QUARTOS POSSUI. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 .....   | 71 |
| FIGURA 31-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA EM PALAFITA SOBRE O RIO AMAZONAS, NA VILA DO ELESBÃO, COM ACESSO INDIRETO E VARANDA, CAIMENTO LATERAL DA COBERTURA. FONTE: IPHAN, 2009.  | 72 |
| FIGURA 32- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO TIPO DE OCUPAÇÃO EM PALAFITA OU NÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 .....   | 73 |
| FIGURA 33- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL TIPO DE ACESSO REALIZADO, SE DA RUA OU PALAFITA (DIRETO), OU POR OUTROS CAMINHAMENTOS (INDIRETO). FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013 ..... | 74 |

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 34- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO TIPO DE EDIFICAÇÃO QUANTO A EXISTÊNCIA OU NÃO DE DIVISÃO INTERNA PARA FORMAR CÔMODOS. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013..... | 76 |
| FIGURA 36- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRESENÇA DE ÁREA DE SERVIÇO OU NÃO NA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....                                     | 78 |
| FIGURA 37- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRESENÇA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS OU NÃO NA EDIFICAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....                              | 79 |
| FIGURA 38 - EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO RET. FONTE: IPHAN, 2009.....   | 80 |
| FIGURA 39-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO IRR. FONTE: IPHAN, 2009.....   | 80 |
| FIGURA 40-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE CASA DO TIPO Z. FONTE: IPHAN, 2009 .....  | 81 |
| FIGURA 41- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL QUANTO A CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA EM 1, IRR, RET OU Z. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....                                   | 82 |
| FIGURA 42- MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS EDIFICAÇÕES LEVANTADAS CONFORME DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRESENÇA NA EDIFICAÇÃO DE GUARDA-CORPO OU NÃO. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA, 2013.....  | 83 |
| FIGURA 43-EXEMPLIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DE GUARDA-CORPOS DIFERENCIADOS APLICADO NAS VARANDAS. FONTE: IPHAN, 2009 .....   | 84 |
| FIGURA 44- FICHA TÍPICA DO INVENTÁRIO E CADASTRO DE CONSTRUÇÕES E OFICINAS DE CARPINTARIAS NAVAL DO ELESBÃO. FONTE: IPHAN, 2009.....   | 96 |

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus familiares que, de uma forma ou outra, colaboraram com este trabalho. Agradeço especialmente à minha mãe, Maria Helena, cuja torcida, amor e apoio incondicionais foram inspiradores em todos os momentos; e especialmente a minha irmã e amiga, Renata Takamatsu, pela sempre colaboração caridosa. A meu pai, Francisco, pelo exemplo de vida, honestidade e perseverança.

À prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Couto por ser a personificação da palavra orientadora. Seu auxílio, paciência, dedicação e disponibilidade recorrentes foram fundamentais para meu crescimento e aprendizagem, tanto como pessoa, quanto como pesquisadora. O convívio com você, o apoio e incentivo constantes foram essenciais para que eu fosse capaz de percorrer o duro caminho trilhado, dando-me forças quando precisei.

Ao meu companheiro Fabiano Luiz Belém, pelo apoio inestimável e que amo muito. Sua presença sempre torna tudo mais fácil.

Aos amigos que fiz no mestrado, Danilo, Eduardo e Gabriela que tornaram essa trajetória muito mais agradável e me fizeram ver o real sentido de trabalhos em grupo.

## RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido no município de Santana (AM), que, em conjunto com a capital do Amapá, forma a região metropolitana de Macapá. No intuito de se analisar a realidade multifacetada que circunscreve a arquitetura vernacular, e trazendo à luz a dinâmica urbana brasileira foi estudado o caso da Vila do Elesbão. A escolha de referido local para fins de investigação se justifica por constituir-se proposta de Chancela de Paisagem Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para a viabilização do trabalho a metodologia científica de Weimer (2005) foi conjugada com a de Carter e Cromley (2005), pelas quais a análise partiu do todo (espaço urbano) com a escolha da edificação típica (CARTER; CROMLEY, 2005) para identificar as características vernaculares próprias que ultrapassam as já identificadas por Weimer (tipologias de casas populares). Ao avaliar o contexto no qual a vila está inserida, constatou-se que a pressão urbana crescente gerada pela necessidade de habitação e expansão de terra urbana advindas de regiões localizadas na proximidade (mais especificamente o Porto de Santana), resultou na existência de segregações ou apenas distinções espaciais frente à conservação do patrimônio cultural existente. Os resultados contrastam com políticas públicas atuais da excepcionalidade de singularidade que um bem cultural deve ter, para ser valorizado socialmente. Por intermédio da espacialização dos dados se obteve parâmetros comparativos que consideram a relevância do caráter excepcional estilístico e epistemológico da arquitetura vernacular. A interface entre as políticas públicas atuais e novas formas de visão permitem que sejam traçadas estratégias na qual seja garantido a preservação do patrimônio cultural, sua continuidade e valorização.

Palavras chave: patrimônio cultural; arquitetura vernacular; espaço urbano.

## **ABSTRACT**

This thesis was conducted in Santana city, that composes, with Macapa (the capital's state), the Macapa metropolitan area. In order to analyze the multifaceted reality that circumscribes its vernacular architecture, and in the light of the urban Brazilian dynamic, we have studied the case of Vila Elesbão. This site's choice was justified since it was chosen to be a National Historical and Artistic Heritage Institute – IPHAN's Cultural Landmark. Weimer's (2005) scientific methodology was combined with Carter's and Cromley (2005), in which the analysis starts with the big urban picture and process to identify the typical vernacular building characteristics that goes beyond those already identified by Weimer (housing types). Evaluating the village context, we have noticed that increasing urban pressure generated by neighboring housing and urban land expansion (more specifically from "Porto de Santana"), resulted in urban segregation or just spatial distinctions to existing cultural heritage conservation. Our results contrast with current public policies that consider exceptionality and cultural uniqueness to socially value a building. We obtained spatial data to compare parameters that consider the relevance of an exceptional stylistic and epistemological vernacular architecture. The interface between the current public policies and new forms and views allows strategies to be drawn in which is guaranteed the preservation of cultural heritage.

Keywords: cultural heritage, vernacular architecture, urban space.

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho debruça-se sobre as habitações construídas por populações autóctones ou enraizadas em um dado ambiente e busca incitar questionamentos e reflexões relacionadas a seus sentidos e delimitações conceituais tendo como pano de fundo o contexto da preservação patrimonial.

No presente capítulo introdutório, composto de quatro seções, há a descrição das ideias iniciais sobre a presente pesquisa. A primeira seção é destinada a contextualização do lugar da pesquisa frente à pesquisadora. A segunda seção é destinada à apresentação do termo vernacular, bem como do contexto em que a pesquisa será desenvolvida. Na terceira seção, são descritas a questão que nortearão a presente pesquisa e os objetivos da pesquisa enquanto na terceira subseção são formalizadas as hipóteses do trabalho. Por fim, na quarta seção, é apresentada a metodologia empregada para desenvolvimento do trabalho de pesquisa empírica.

## 1.1 Contextualização da pesquisa

Há que se perguntar por que uma dissertação de mestrado, escrita e defendida em Minas Gerais (Belo Horizonte) a de tratar da realidade amapaense. O presente fato advém dos meandros da trajetória profissional ao qual a pesquisadora também está sujeita. Elegido o Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável como programa de pós-graduação em que ingressei cumpro todas as cadeiras de carga-horária necessária, faltando apenas como requisito a elaboração da pesquisa para obtenção de grau, fui selecionada através de concurso a ingressar na vaga destinada a Macapá do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ingressando na carreira como servidora pública no final de 2010.

Através do exercício profissional obtive o questionamento inquietante de duplo viés, enxergar o objeto como gestora pública e como pesquisadora. Como gestora pública, amarrada ao exercício das legislações públicas, e como pesquisadora, livre para questionar, construir e desconstruir o objeto lançado ao estudo, observando com uma ótica mais prismática, visando enriquecer os estudos acerca do relevante espaço do território brasileiro que também é Santana no Amapá.

A realidade apreendida de Santana/Amapá vêm imbuída de diversos aspectos diferenciais, além de ser pouco estudada, é transformada pelo chamado custo amazônico, fruto do desenvolvimento desigual que cria realidades multifacetadas pelo que é unido como território brasileiro. Assim, a pesquisa além de trazer uma nova realidade, contrasta em muito com a realidade de trabalho comum do ambiente construído mineiro, trazendo luz ao patrimônio sustentável visível inclusive na escala global.

## **1.2 Contextualização do objeto de estudo**

Das origens de uma conceituação do vernacular, a percepção sobre a Casa Primitiva de Rykwert (2009, p.3) se atém à observação da busca pelos “começos”. Segundo o autor, citando o escritor Proust, o termo advém da noção idealizada do paraíso de Adão e Eva onde se tenta “ser a memória de algo que não pode estar senão perdido”. Assim, a busca das origens, do vernáculo, do essencial da habitação humana, nada mais é do que a busca infinita do criado pelo criador, arruinada pela falta de sua existência.

Para uma discussão mais consistente acerca da arquitetura vernacular, que exceda a noção da casa primitiva, cabe avaliar o significado próprio do tema, bem como da diferenciação entre o termo “vernacular” e o termo “ordinário”. Vernacular denota a busca pelo retorno à primitividade; a busca pelo original, do inverso da história, entretanto revestida de historicidade, do olhar invertido do presente para o passado. Fixa-se, então, não na existencialidade do objeto, mas sim na procura de algo transcendental. Buscar o vernacular é tentar romper a espacialidade que prende o homem à arquitetura atual.

O termo vernáculo se origina do termo *vernaculu* do latim, definindo-o como sendo próprio da região em que existe e que em termos de linguagem, diz-se da “linguagem pura, sem estrangeirismo; castiço” (FERREIRA, 2010). Por outro lado, o termo ‘ordinário’ mencionado por Venturi (2003), possui acepções depreciativas relacionadas, tais como inferior, de má qualidade, mas significa também regular, periódico. Além disso, o termo ordinário, conforme reflexão de Tribucio (2000), também aponta para o caráter clandestino (ilegal) da produção das edificações até chegar ao âmbito dos conjuntos habitacionais. Nesse momento, com o intuito de se aprofundar sobre a arquitetura vernacular, mostra-se relevante retomar o conceito do que é a própria arquitetura, destacando-se a posição de Silva (1983, p.42) de que:

O que toda obra de arquitetura, sem exceção, é, pode se resumir na seguinte proposição: a manifestação cultural, materializada na modificação intencional do ambiente, com o propósito de adequá-lo ao uso humano, através da produção de formas concretas habitáveis imóveis, caracterizadas por uma organização

instrumental, uma configuração construtiva e um conteúdo estético. Silva (1983, p.42)

Sánchez (2008) denominou patrimônio modesto urbano ao referir ao patrimônio argentino, conceito aqui também entendido como patrimônio vernacular pela idêntica e tardia valorização da história social que a mesma faz, ao resgate do recorte do patrimônio. A autora destaca o processo paralelo de valorização destes patrimônios como a ruptura com o modelo “historia tradicional-patrimônio monumental”, conclui que:

As múltiplas respostas possíveis possuem uma raiz comum: a imprescindível consideração dos processos sociais e materiais desde um diálogo urbano num tempo e território determinado. Uma confluência que implica um amalgama urbano entre o tangível e o intangível, entre arquitetura e história social

[...]

Finalmente, é imprescindível interpretar os valores do patrimônio modesto como emergentes de processos históricos sociais e materiais, para assim iniciar seu tratamento dinâmico deste ponto de partida, onde as ações indiretas e diretas, e inclusive a possibilidade de permanência ou desaparecimento, resultem caminhos que dignifiquem o passado, o presente e o futuro. (2008, sem página)

Assim, qualquer forma arquitetônica, singular ou irrisória, sendo dotada de conteúdo estético é válida, diferenciando-se assim apenas por uma questão de opinião ou juízo de valor. Castriota (2009) refere-se à arquitetura vernacular como uma noção distanciada do que tradicionalmente se tem como arquitetura exemplar, arquitetura “não tradicional” e que se estabeleceu em torno das acepções modernas. A arquitetura vernacular para ele pode ser entendida como aquela fora do eixo de produção oficial, carregando no seu cerne a negação ao Movimento Modernista, dentro do quadro de atribuição de valores, mas fruto também da cisão que o movimento criou no contexto histórico.

O estudo voltado à arquitetura vernacular situa-se estrategicamente no município de Santana no Amapá (AP) que, junto com Macapá (AP) formam a região metropolitana do estado. Pressão crescente foi gerada pela necessidade de habitação e expansão de terra urbana advinda do Município de Santana (AP) em direção ao Elesbão. Neste contexto é possível observar segregações espaciais ou apenas distinções espaciais que devem ser confrontadas com a conservação do patrimônio cultural existente, o que contrasta com políticas públicas atuais que tendem a tratar da excepcionalidade ou da singularidade que um bem cultural deve ter, para ser valorizado socialmente.

Ao se analisar as origens da preservação do patrimônio de habitações distanciadas do campo do patrimônio cultural representado como espaço urbano, nota-se uma confusão de valores vernaculares. Ora se observa uma abordagem do patrimônio apenas como uma envoltória, da “casa”, “habitação”, “edificação” que recebe honras de ser protegido (Decreto-Lei 25/37), ora se tem uma concepção de espaço urbano apenas para fins de estruturação de planos, envolto por questões de incorporação imobiliária, ou para a aplicação da espacialidade que apenas cita o patrimônio cultural como mais uma tipologia de edificação assim como as tipologias unifamiliar, multi-familiar, etc. Deve-se, entretanto, lembrar que o patrimônio cultural está inserido dentro do Estatuto das Cidades, é colocado como instrumento de gestão urbana, de maneira que uma visão restrita ao campo do patrimônio ou ao campo do planejamento urbano é um tanto reducionista da realidade das moradias que podem estar no interstício dessas duas áreas do conhecimento.

Assim, ao se analisar estudos de suburbanização em que se ressalta o tema da habitação pode-se considerar que esta deixa de ser um problema regional para se tornar uma solução específica. No decorrer desta pesquisa, a temática se desenvolveu, evoluindo para os conceitos de arquitetura vernacular, deparando-se com a origem da mudança de paradigma da preservação do patrimônio no Brasil. Lembra-se o conceito de Arquitetura Civil, hoje já em desuso, mas do qual o modernista Cardoso (1975, p. 3-5) trata em uma das primeiras edições da revista do patrimônio, editada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo:

“... – quero me referir àquela da simples casa da habitação, não a dos palácios e edifícios públicos – a personalidade do projetista se perde na multidão, como que se apaga para deixar apenas sensível o gosto popular e coletivo. Por isso o interesse diferente que deve despertar no pesquisador, que então não pode mais considerar o edifício como um ser isolado e valendo por si mesmo, e sim apenas uma “figura” de um “campo” definido e limitado” (CARDOSO, 1975, p 3-5).

Assim, ao constatar que a arquitetura civil, habitacional, esta arquitetura simples (popular), se observada pelo retrovisor neste passado compartilhado, nada mais era no seu momento de produção que simples habitação, sem que lhe fossem reconhecíveis valores patrimoniais. Retomando a consolidação das políticas de preservação no Brasil, sabe-se que só com os modernistas objetivaram-se valores que antes não existiam e que não são pensados quando de sua concepção pelo homem comum. Há que se evoluir nas abordagens, e é a motivação desta busca encaminhada ao vernáculo.

### **1.3 Questão de Pesquisa e objetivos**

As contradições existentes entre o modo de habitar das pessoas no mundo contemporâneo e a fabricação das edificações destinadas ao morar foi a motivação primeira deste trabalho. Dessa forma a questão de pesquisa, conforme descrita abaixo, consiste em avaliar as formas de habitar populares e suas diferenciações.

Mesmo diante de suas excepcionalidades, é possível detectar características generalistas da arquitetura vernacular? Ou, raciocinando de modo reverso, por serem características generalistas, como se entender sua excepcionalidade?

### **1.4 Objetivos**

Os objetivos da presente pesquisa são apresentados nesta seção, sendo organizados em dois itens: (i) principal; e (ii) secundários. Os itens são apresentados na continuação.

#### **1.4.1 Objetivo principal**

A pesquisa possui como objetivo principal identificar traços homogêneos que possibilitam a caracterização da arquitetura vernacular como uma arquitetura singular, o que possibilita que sejam identificadas características passíveis de generalização.

#### **1.4.2 Objetivos secundários**

Como objetivos secundários, a pesquisa visa:

- a. Identificar, na literatura, as origens do vernacular, sua essência e características inerentes.
- b. Discutir sobre o atual modelo de valorização e identificação do patrimônio cultural.
- c. Apresentar as especificidades da Vila do Elesbão, foco do estudo, explicitando suas singularidades e a relevância da localidade para fins de estudo.
- d. Apontar os principais resultados detectados na Vila do Elesbão referentes a arquitetura vernacular identificada na área.

### **1.5 Hipóteses de Pesquisa**

Formulada a questão de pesquisa e o objetivo a ser perseguido, mostra-se oportuno formalizar as hipóteses de pesquisa a serem avaliadas no presente trabalho.

H1: A arquitetura vernacular ou popular possui traços homogêneos de uma arquitetura singular, o que possibilita que sejam identificadas características passíveis de generalização.

Constata-se a conjectura de que a formação do profissional de arquitetura é marcada por um modo de habitar fruto de pensamento de elite. Como a academia é local para transmissão de conhecimentos, esta acaba por disseminá-la. Conseqüentemente, uma estrutura reprodutora de apenas um único modo de viver, a arquitetura erudita foi difundida: maneira aparentemente esvaziada de historicidade; marcada por uns poucos tipos de materiais e para um grupo também seletivo da sociedade. O que se observa em algumas das antigas casas/ edificações ainda é que são capazes de transmitir a história de quem as abrigou, os fatos ocorridos, a maneira de habitar. Em outras, mesmo que hoje, em sua materialidade física, não haja mais representação da vida que ali se abrigou, seus efeitos acabam por se traduzir em valores ainda compreensíveis.

Dessa maneira, a presente pesquisa busca também incitar discussões sobre o que é julgado como arquitetura e aquilo que realmente deveria ser valorado como tal. E que, fora as políticas públicas de habitação popular, as políticas públicas de preservação material *versus* imaterial do patrimônio cultural, cabe tentar desmontar o estigma do patrimônio popular tendo em vista o desenvolvimento sustentável que valorize a “figura” e o “campo” conforme observou Cardoso.

H2: Existe uma defasagem nas políticas públicas entre o que é julgado como arquitetura e aquilo que realmente deveria ser valorado como tal.

## **1.6 Estrutura da Pesquisa**

O trabalho pode ser segregado em sete sessões principais, sendo a primeira a presente introdução. O segundo capítulo foi destinado a discutir sobre a essência da arquitetura vernacular, seguida do terceiro capítulo, que reflete sobre os significados da preservação cultural. A metodologia para execução da pesquisa está descrita na quarta seção enquanto a caracterização do objeto está disposta no capítulo cinco. Na sexta seção está voltada à reflexão de como a arquitetura vernacular pode trazer um novo entendimento do campo, por meio do estudo metodológico do caso Elesbão. Por fim, o sétimo capítulo é reservado para o fechamento das discussões e apresentação das conclusões finais alcançadas.

## 2 ARQUITETURA VERNACULAR E PATRIMONIO CULTURAL

Das raízes da arquitetura como um conceito isolado e único, Rasmussen (2002) discute sobre se o que é julgado como arquitetura deveria realmente ser valorado. Conforme o autor, o senso comum aborda a arquitetura como apenas a aparência externa, o que para a arquitetura real é apenas um dos muitos fatores que interessam, como sua própria aproximação da arte, que em essência não é explicável e sim, sentida.

Assim, ele define a arquitetura por intermédio do ofício do arquiteto, como sendo um produtor teatral que planeja os cenários da vida do homem comum:

O arquiteto trabalha com forma e volume, à semelhança do escultor, e, tal como o pintor trabalha com cor. Mas entre as três artes, a sua é a única funcional. Resolve problemas práticos. Cria ferramentas ou implementos para seres humanos, e a utilidade desempenha um papel decisivo no julgamento da arquitetura (Rasmussen, 2002, p.8).

Entretanto, deve-se salientar que a arquitetura precede a figura do arquiteto, tanto é que mais à frente o autor levanta que:

a arquitetura é produzida por pessoas comuns para pessoas comuns; portanto, deve ser facilmente compreensível a todas as pessoas. Baseia-se num certo número de institutos humanos, de descobertas e experiências comuns a todos nós num estágio muito precoce de nossas vidas – sobretudo, a nossa relação com coisas inanimadas (Rasmussen , 2002, p.13)

A arquitetura vernacular seria uma arquitetura sem arquitetos? Sim, entretanto, a riqueza das impressões da arquitetura é reflexo das próprias pessoas comuns. “Desse modo, o homem imprime primeiro seu cunho aos implementos que produz e, daí em diante, são eles que exercem sua influência sobre o homem. Tornam-se algo mais do que artigos puramente úteis” (Rasmussen, 2002, p.28-29). Chega a tal ponto, seguindo por esta linha de pensamento, que analisa que não se pode tratar as impressões de um objeto sem ter que tratá-lo como uma coisa viva, dotado de própria fisionomia.

Segundo Rasmussen (2002), tem-se que as características externas acabam por se tornar um meio de comunicar sentimentos e estados de espírito entre pessoas e, com frequência, a única mensagem transmitida é a da conformidade dos sentimentos. Nesse momento, surge o questionamento sobre a capacidade atual de se analisarem as características externas da arquitetura vernacular, dos traços da própria civilização que marcam outro tempo. Assim

sobre a ótica do tempo linear, haveria uma tradição? Como resgatar do passado aquilo que em tese já estaria perdido?

Para além da Arquitetura pura, ao abordar de maneira mais aprofundada os conceitos levantados no capítulo introdutório, percebe-se a parca literatura, onde se relevou para os fins das hipóteses postuladas os dois autores, que se julgou relevantes do ponto de vista metodológico de análise da arquitetura vernacular, e que direcionam ao entendimento assemelhado do conceito, sendo eles Carter e Cromley (2005) e Weimer (2005). Observa-se, entretanto, que a abordagem dos dois é diferenciada: Weimer aproxima-se mais da edificação única, de análise das técnicas construtivas das casas populares, enquanto Carter e Cromley (2005) levantam proposições que aproximam o estudo das edificações ordinárias, morfologia urbana e a paisagem urbana.

## **2.1 Convite à arquitetura vernacular: Carter e Cromley (2005)**

Carter e Cromley (2005, p. XIII), no estudo da arquitetura vernacular, se propõem não generalizar em um tema ainda pouco estudado e levantam alguns pontos principais. De acordo com os autores, o estudo da arquitetura vernacular é parte de um amplo campo de conhecimentos que envolve os estudos da cultura material. Este campo estaria definido como o segmento do ambiente físico (humano) que é propositadamente projetado de acordo com os ditames culturais. Diferentemente de outros mamíferos, os seres humanos são capazes de criar maneiras de modificar o entorno, criando vestimentas, ferramentas dentre outros objetos.

Tal concepção da necessidade de moldar a vida não se dá de forma esporádica ou por ocasião, mas de forma sistemática e intencional, por meio da cultura. A cultura é um alicerce invisível que consistiria, conforme os Carter e Cromley (2005), em ideias, valores e crenças de um grupo particular social, mas aquém de nossa presença, modelando o comportamento desse grupo, ajudando-o nas escolhas cotidianas, provendo regras para a interação social e oferecendo um plano geral de interação necessária. A conceituação proposta para a arquitetura vernacular é de que “é o estudo das ações humanas e comportamentos que se manifestam na arquitetura comum”<sup>1</sup> (CARTER E CROMLEY, 2005, p.XIV).

---

<sup>1</sup> Tradução livre de “the study of those human actions and behaviors that are manifest in commonplace architecture”

O entendimento de arquitetura vernacular adotado por Carter e Cromley (2005, p. XVI), destaca o acentuado papel do aprendizado da leitura arquitetônica, da “habilidade que se centra no tipo de orientação visual e espacial de análise”. Entretanto, afirmam que a arquitetura vernacular não pode ser apreendida apenas com isso, que deve ser complementada com uma série de fontes, tais como a história oral, documentos escritos e as edificações em si. A arquitetura vernacular é assim percebida quando o edifício é capaz de fornecer comunicação potencial sobre seu mundo social e cultural, sobre seus vários habitantes, mas cabe ao pesquisador e a sua percepção decifrá-lo.

Assim, os autores afirmam que é possível investigar os testemunhos esvaziados da arquitetura vernacular, mas para isto é necessário um olhar mais treinado para descobrir as ações dos usuários perdidos ou seja, daqueles que habitaram a casa no passado (CARTER; CROMLEY, 2005, p.XVII). Não cabe ao estudo da arquitetura vernacular neste momento ocupar o espaço das áreas humanísticas, como a etnografia, história, antropologia etc, reclamando-se para tal tarefa o olhar do arquiteto desvestido de considerações eruditas hegemônicas.

Segundo os autores, o processo de reconhecimento da arquitetura vernacular, tal qual hoje é entendida, remonta aos anos 1970 e começo de 1980 nos Estados Unidos da América, passando por transformações e diferentes entendimentos sobre o tema. Conforme a evolução do entendimento de que a arquitetura vernacular se assemelhava à pesquisa arqueológica direcionando-se à arquitetura histórica, foram também desenvolvidos os entendimentos de que a nova perspectiva englobaria categorias sociais distintas como etnia, classe, gênero influenciando a organização da paisagem histórica, relações familiares, movimentos de reforma e urbanização (CARTER; CROMLEY, 2005). Contudo, muitas vezes a arquitetura vernacular é a arquitetura de estilo desconhecido, isto é, a categorização das edificações que não se encaixariam dentro dos estilos tradicionais de arquitetura, estudadas na história da arte.

Diferentemente dos autores pesquisados sobre o tema, Carter e Cromley (2005) destacam a importância de abordagem conforme a escala de análise. Assim, muitos estudos focam na análise do edifício isolado e são sempre vinculados a parâmetros e contextos gerais. Com isso, nas investigações arquitetônicas que os autores propõem como método básico para investigação da arquitetura vernacular é perceptível que a sua análise parta da escala urbana para a escala local. Os autores destacam que a investigação de um único objeto é necessária; entretanto, sua escolha deve ser criteriosa e relativa ao contexto urbano de que deriva.

Assim como Weimer, Carter e Cromley (2005) traçam categorias de análise que, entretanto, são muito semelhantes às análises arquitetônicas comuns, sendo estipulados: o tempo, espaço e forma (*Time, Space, Form*) subdividindo este último em estilo e tipo (*Style e Type*), seguidos de função e tecnologia (*Function e Technology*). Para a interpretação das informações coletadas, Carter e Cromley, (2005), analisam as ações de tipos de edificações e tipologias, materiais construtivos e ofícios, plano de uso e arte e estilo e paisagens culturais (*Building Types and Typologies, Buildings Materials and Craft, Plan and use, Artistry and Style e Cultural Landscapes*).

## **2.2 O caso brasileiro: Weimer (2005)**

Um dos raros autores brasileiros a abordar arquitetura vernacular é Weimer (2005), que conforme justifica, prefere abordar o tema como arquitetura popular. O autor traça um paralelo da arquitetura vernacular com áreas como a música, o teatro, dança e literatura. Enquanto nestas a arte erudita leva desvantagem em termos de divulgação e consumo, na arquitetura tal verdade não é equivalente. Enquanto os países europeus já tomam a arquitetura popular como um considerável conhecimento, aqui no Brasil, ainda há debates “até para os mais elementares dos problemas, a começar pela própria conceituação do tema” (WEIMER, 2005, p. XL).

Ao conceitualizar a arquitetura de que trata, o autor levanta que comumente se utiliza o termo vernacular, que justifica ser um neologismo ainda não descrito no dicionário<sup>2</sup>, referindo-se que aparece apenas vernáculo, que remeteria a *vernaculu*, que designa escravo nascido na casa do senhor ou linguagem castiça. Para Weimer (2005, p. XL), portanto, o qualitativo estaria mal empregado quando empregado à arquitetura. Para o autor o termo mais correto seria popular, pois remeteria às casas dos cidadãos menos privilegiados, em oposição às residências das camadas da elite. Refere-se inclusive a utilização do termo arquitetura de favela, igualmente com uma conotação negativa.

Apesar de concordar com o autor sobre o aspecto de diferenciação com a arquitetura de elite que o termo popular constitui, ao se analisar a definição de popular, também se verificam as conotações que consideram ou negativa ou que não abrangem o objeto da arquitetura, tais

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que já no Ferreira (2010) apresenta o verbete “vernacular” onde consta: [de vernáculo+-ar/. Adj.2g. V. vernáculo (1 a 3). ~V. arquitetura – e língua.

como “democrático, vulgar, trivial, ordinário”. Conforme Weimer (2005), a abrangência das políticas públicas às camadas menos favorecidas usualmente destaca apenas os aspectos econômicos problemáticos. De tal modo, tendo em vista o sucesso do uso do termo vernacular nas instâncias internacionais e nas outras artes, optou-se por usar o termo vernacular, frente ao popular que Weimer defende.

Dentre as características relevantes da arquitetura popular proposta por Weimer, a primeira pode ser considerada a simplicidade, por ser resultado da utilização de materiais fornecidos pelo meio ambiente. A segunda característica, a adaptabilidade, que demonstra a capacidade de adequação da arquitetura dos imigrantes no país às condições climáticas diferenciadas, técnicas construtivas e materiais. Todos esses fatores foram adaptados ao Brasil pelos japoneses, alemães, italianos, dentre outros, e, diferentemente da arquitetura erudita, que foi dominada pelos aspectos tecnológicos impositivos da atualidade. O terceiro aspecto singular da arquitetura popular seria a livre criatividade, na medida em que destaca a imaginação formal nas criações e no emprego dos materiais. O quarto aspecto, a intenção plástica, ao contrário da arquitetura erudita, Weimer (2005) destaca que a plástica é resultado dos materiais empregados, o que recomenda um estudo que lhes dê a devida relevância.

Apesar de delimitar tais características, o autor destaca que, ao contrário das últimas duas referidas, na criatividade e na intenção plástica, os materiais e técnicas devem ser analisados com bastante cautela, pois “a arquitetura popular – salvo condições de excepcionalidade, como fenômenos de força maior, em que migrações são exemplos típicos – é resultado de uma evolução multissecular e de profundo respeito às tradições culturais do grupo” (WEIMER, 2005, p. XL).

Como contradição aos pontos levantados, Weimer (2005) enfatiza que, com o rebaixamento das classes populares, com sua massiva migração das zonas rurais para a periferia das cidades, a arquitetura popular pudesse ser confundida com a arquitetura dos miseráveis (“favelados”). Contudo, não deixa de ser necessário se relevar sua excepcionalidade também por suas inventividades e criatividade frente a situação de insólita referência às necessidades habitacionais.

### 2.2.1 Os tipos brasileiros de Weimer

Para realizar o estudo que valorize as características arquitetônicas populares, Weimer (2005), classifica as seguintes tipologias de moradias do povo brasileiro: moradia de “tocas”, moradia

da caatinga, moradias de areais, as casas de coqueirais, casa de mangues, casa em pântanos, casas flutuantes, moradias dentro da floresta, as casas dos campos e as favelas urbanas.

Para o estudo que será apresentado, faz-se relevante destacar o aspecto das casas de mangues e das casas de pântanos, do autor, que fazem menção específica a morada ribeirinha, que, no caso abordado, à beira do Rio Amazonas.

Para a casa de mangues, o autor destaca que:

por falta de uma política habitacional e do processo de exclusão social, uma das poucas alternativas que restam aos estratos mais pobres da população é construir suas moradas sobre palafitas” (WEIMER, 2005, p.21)

Entretanto, como cita no exemplo do Golfo da Guiné, e no Benim, se verifica este tipo de ocupação é secular do povo vivendo em aldeias construídas sobre palafitas. Como o autor aponta, ainda há falta de sensibilização das autoridades para descobrir e não tratar de forma saneadora este tipo de construção, onde se vê muitas vezes, a remoção da população e aterramento das áreas, para mudar a forma de vida da população, transvertida de “melhoria da qualidade de vida” e, podemos acrescentar, perdendo sustentabilidade ambiental.



Figura 1 – Palafitas de casas operárias na periferia de Manaus. Fonte: Weimer, 2005, p.28

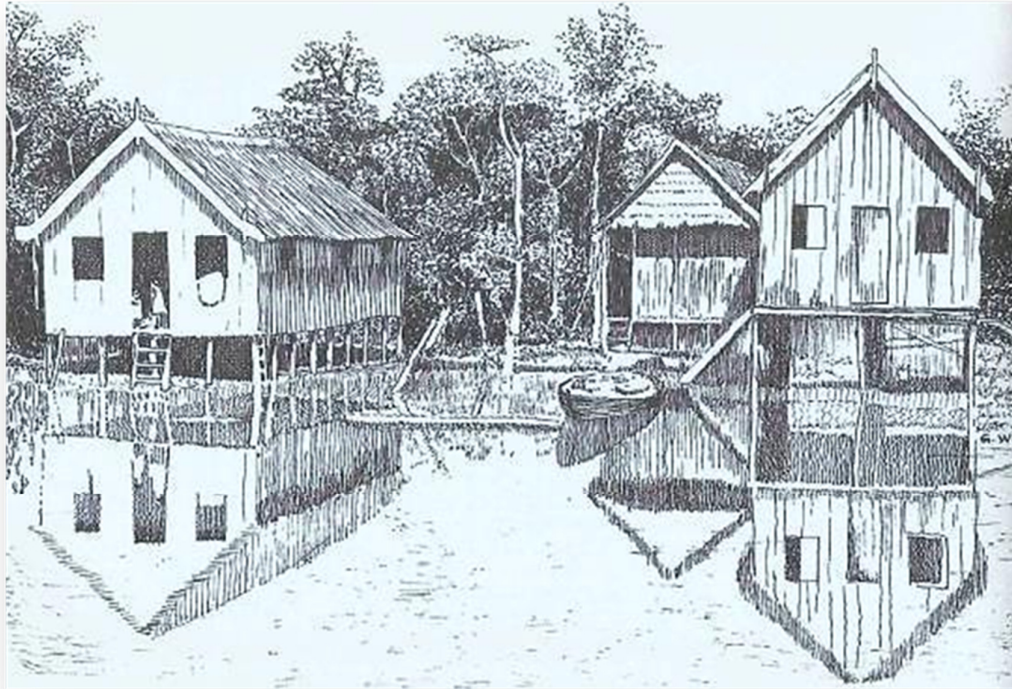


Figura 2 – Casas ribeirinhas no rio Negro. Fonte: Weimer, 2005, p.28

As casas de pântanos, segundo Weimer, são uma variação da casa de mangues, como no exemplo das casas das populações amazônicas, no Marajó/PA, onde “como não há alternativa para as cheias cíclicas que transformam toda a ilha anualmente num imenso lodaçal, as casas são elevadas acima do solo” (WEIMER, 2005, p.27). O autor ainda elabora:

Esta não é uma situação excepcional. Em toda a região amazônica, as estradas quase sempre são inexistentes, e são os cursos de água que se constituem nas vias de comunicação. Por isso as casas são construídas a margem dos rios. Mas o nível desses rios varia muito em função das estações. Para esse problema existem duas soluções possíveis: uma é fazer a casa flutuar, outra é construí-la sobre palafitas, a uma altura tal que fique mais alta que o nível máximo das cheias. Tudo perfeitamente adaptado ao clima superumido, a floresta e ao ciclo das águas.



Figura 3 – Igreja de madeira em Cachoeira do Arari. Fonte: Weimer, 2005, p.27

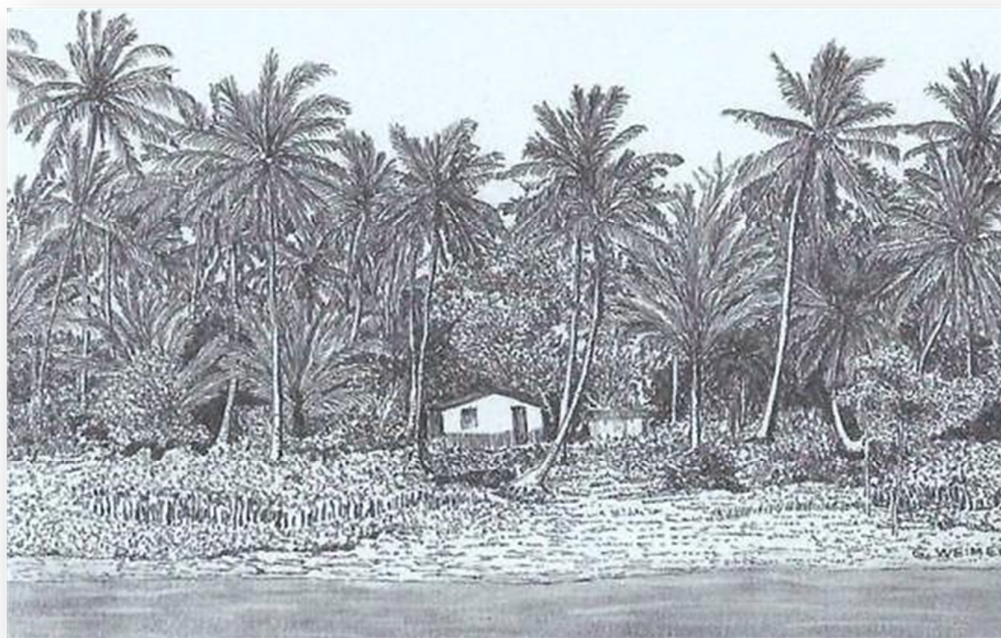


Figura 4 – Casa na ilha de Caviana, Amapá. Fonte: Weimer, 2005, p.27

Apesar da crítica à tentativa de novamente se classificar e enquadrar no campo da epistemologia a arquitetura popular, a iniciativa do autor destaca as diferenciações de características e fornece uma leitura, única até o presente momento, das características destes tipos de edificações.

Weimer destaca ainda em três linhas as raízes culturais do Brasil, analisando a influência indígena, portuguesa e africana da arquitetura popular. Dentro da primeira cita a influência indígena clara nas edificações ribeirinhas Amazônicas, onde se tem o exemplo da varanda,

O uso da varanda totalmente aberta para permitir ampla ventilação durante o descanso do calor do meio-dia, o emprego da rede e a construção em palafita não só para as enchentes dos rios e igarapés, mas como prevenção das constantes chuvas tropicais que deixam o terreno permanentemente encharcado” (WEIMER, 2005. p. 61)

Interessante observar que, para a arquitetura portuguesa erudita, dentre os diversos traços extensamente tratados na consideração que a academia normalmente destaca dos estilos arquitetônicos decorrentes do barroco/colonial e ecletismo, para a arquitetura popular, o autor sobressalta a influência ibéricas nas formas das plantas. Da mesma forma também para a arquitetura africana.

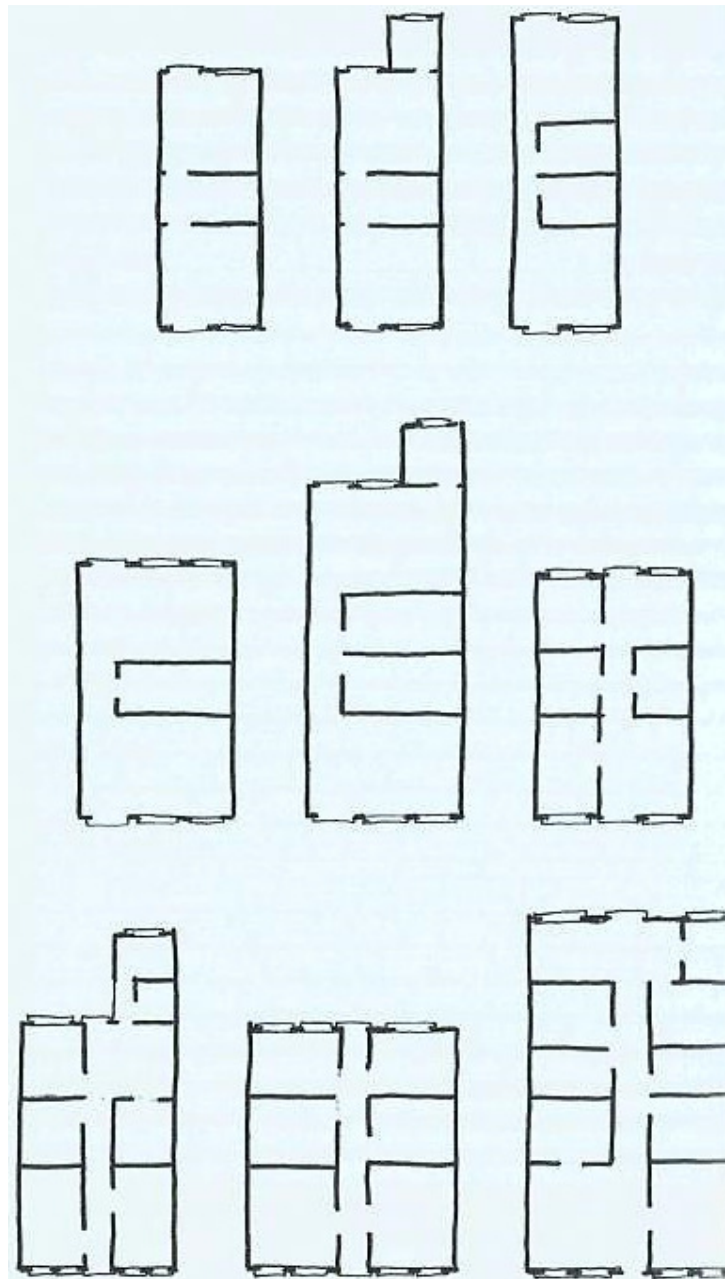


Figura 5 – Esquema da variabilidade das plantas baixas de origem do colonizador português. Fonte: Weimer, 2005, p.198

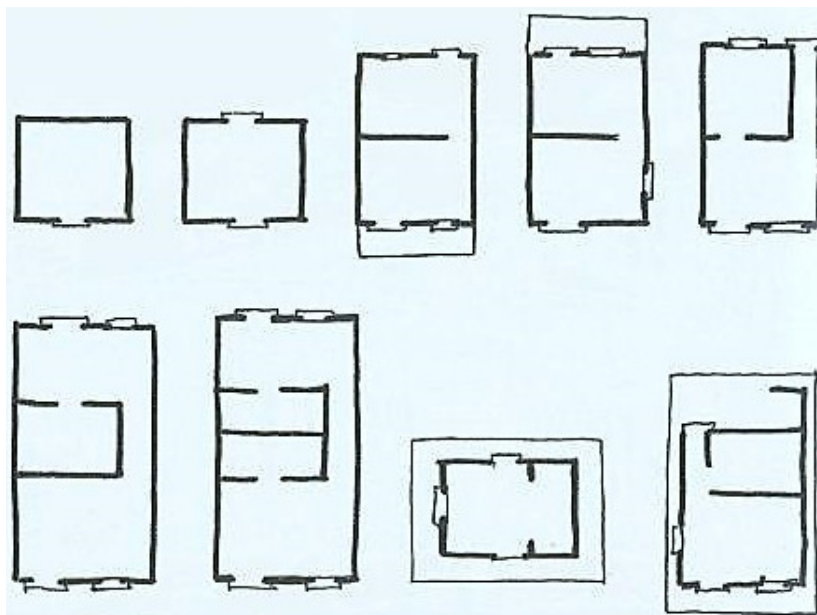


Figura 6 – Esquema da variabilidade das plantas baixas de origem das casas dos imigrantes negros.  
Fonte: Weimer, 2005, p.224

A busca do morador perdido torna o estudo destas plantas exemplares uma possibilidade a mais de dissecação da arquitetura vernacular brasileira em possíveis estudos futuros das soluções produzidas pelas etnias predominantes na cultura brasileira.

### **2.3 Carta do patrimônio vernáculo**

Além da abordagem dos dois autores anteriormente citados, cabe mencionar a outorga da Carta sobre o Patrimônio Vernáculo da UNESCO através da 12ª Assembleia Geral do ICOMOS- *International Concium on Monuments And Sites*<sup>3</sup>, no México, realizada em Outubro de 1999 (Anexo B).

A Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (ICOMOS, 1999) destaca o valor informal do vernacular, resgatando seus valores necessariamente também estéticos, além de colocá-lo em destaque no foco da vida contemporânea e, ao mesmo tempo, enfatiza sua relevância como instrumento de registro da história da sociedade. Assim como o tratamento que o ICOMOS dá ao patrimônio natural, o documento absolve os riscos e os princípios para

---

<sup>3</sup> Do inglês, traduzindo: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

tratamento e proteção do patrimônio vernacular. Cabe ressaltar o posicionamento da carta de não mencionar preservação e sim proteção.

Dentro de suas questões gerais, a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (1999) defende a importância do saber transmitido, mas centra-o muito forçadamente apenas nas comunidades locais existentes, no presente de forma que o descreve como "uma parte integral da paisagem cultural, e este relacionamento deve ser tomado em consideração no desenvolvimento das abordagens de conservação". (ICOMOS, 1999 sem página)

A carta, apesar de destacar a necessidade de proteção do patrimônio vernacular, ao referir-se às suas Linhas de Orientação Prática, acaba por recair no velho modelo de preservação material de todo patrimônio cultural, relegando quase que novamente à monumentalidade os objetos que são de ordem do comum. Cabe então resgatar que o valor da Carta está em dar luz à temática, além de frisar conceitualmente alguns dos pontos principais do vernacular. Seu maior feito é, entretanto, propor como prática de proteção a investigação e documentação, que até o momento são escassos. E estas sim, podem subsidiar a revisão das práticas que se propõem o que está dissertação também busca fazer.

## **2.4 O patrimônio cultural e suas atuações.**

A presente seção aprofunda as discussões relativas especificamente ao ato de preservação. Para tal, pode-se recorrer a Lemos (2005), que define o ato de preservar "o patrimônio histórico"<sup>4</sup>, conforme origem do termo etimológico, como "livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar" (LEMO, 2005, p.24). Nesse sentido, o autor afirma que, para preservar as características de uma sociedade, as suas condições mínimas de sobrevivência devem necessariamente ser conservadas, explicitadas no meio ambiente e no seu saber. Em uma definição complementar, tem-se que o termo preservação também engloba ações no sentido de garantir a integridade e a perenidade de algo; salvaguardar.

Partindo de sua introdução conceitual ao tema, Lemos (2005), deparando-se com valores referentes aos conceitos de nação (patrióticos), conclui que os mesmos determinam a

---

<sup>4</sup> Aqui, pelo autor, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional é equivalente ao que trato como patrimônio cultural, pois, conforme dito anteriormente, trata-se da evolução do conceito.

condição ambiental e resultam em situações ímpares e necessidades específicas de preservação e manutenção. Portanto, não é possível existirem dois patrimônios idênticos, qual seja em lugares diferentes no mundo ou em determinado povo, o que destaca a necessidade de se avaliar mantê-los dentro dos processos culturais formados nas localidades as quais se deseja estudar. Referenciando questionamentos sobre a memória social a se preservar, reflete que:

preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas, populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamento de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente de especulação imobiliária”. (LEMOS, 2005 p. 29)

Deste modo, Lemos (2005) observa que não há um só patrimônio e não haverá nunca espaço universal a ser observado, marcado: o ato da preservação abrange uma multiplicidade de elementos. Dessa forma, os questionamentos do autor sobre o ato de preservar podem ser dimensionados por intermédio da análise de quatro amplitudes do preservar, quais sejam: para quem preservar, por que preservar, o quê preservar e como preservar.

A preservação do patrimônio, segundo Poulot (2008, p.27), insere-se dentro de um ecossistema, o qual, hoje, em seu sentido comum “se confunde com a herança cuja presença constatamos ao nosso redor e reivindicamos como nossa, prontos a intervir diretamente a fim de assegurar a sua preservação e inteligibilidade”. Os bens acabam por serem classificados e designados singularmente e são submetidos a uma gestão específica regrada por leis e normas, como uma militância, para se garantir sua transmissão para o futuro. Assim, Chastel citado por Poulot (2008, p.28) identifica que a preservação implica em uma luta contra a perda que constitui um sacrifício e a conservação também supõe um sacrifício, isto é, não há uma relação harmoniosa com preservação e a conservação.

Conforme mencionado anteriormente na conceituação do preservar, esse ato se confunde e se mistura com o ato de conservar. FERREIRA(2010) define que conservar é resguardar de dano, manter, salvaguardar, diferentemente de preservar e agrega a essas funções o sentido de “reter, manter em seu poder, manter em bom estado”.

Segundo Carvalho (2008, p.56), o preservar deve ser concebido levando-se em conta que os “bens culturais não possuem um valor absoluto, mas um valor relativo que lhes é atribuído em

função de um dado contexto cultural e no desafio de julgar e definir o que deve ser preservado diante da rapidez, da radicalidade e da irreversibilidade de mudanças da sociedade atual”.

Por fim, segundo a Carta de Burra (1980, sem página) é sobre o conceito de conservação que designa-se a preservação de determinado bem, preservando-se as características que lhe dá significação cultural. Conforme a Carta, “de acordo com as circunstancias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além de manutenção, ela poderá igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”.

## **2.5 O dever constitucional de “preservar/conservar”**

Independente dos questionamentos anteriores, o poder público é encarregado de preservar o patrimônio cultural, seja através de formas diversas de limitações a direitos, seja por meio de fomento e incentivos (RABELLO, 2009). A Constituição de 1988 impôs ao poder público o preceito constitucional de preservação, de maneira soberana e absoluta. Dessa forma, independente das conveniências das autoridades político-administrativas de homologação, em caso de descumprimento do referido preceito constitucional, resta a responsabilidade ampla da administração pela omissão na proteção de bem que, notadamente, tenha valor cultural. Ainda de acordo com Poulot (2008, p.41), as:

civilidades do patrimônio acabam por se tornar uma obrigação e uma utopia. Acabam os especialistas do patrimônio por se tornar porta-vozes ou advogados das inovações do patrimônio, sendo que não necessariamente elas existem. Renovam as redes de práticas e objetos geradas como herança e alimentam os “discursos ou cenários, acadêmicos ou familiares, e integram a encenação das redes de socialização erudita e artísticas, segundo os modelos do apostolado patrimonial, por exemplo, a cada momento disponíveis”.

Assim, o preservar da arquitetura vernacular não pode estar mais ligado à patrimonialização com fins ao colecionismo e acúmulo de bens materiais, desvirtuando a concepção de preservar que pode vir a enrijecer os objetos. Talvez, por mais estranho que possa parecer, para não incorrer em tal erro, deva-se pensar em uma arqueologia histórica da arquitetura vernacular. Uma leitura factual dos seus meios de concepção onde, na verdade, não importa o objeto em si nem seus aspectos sociológicos *strictu sensu*: uma arqueologia histórica em busca dos traços de uma leitura onde não há mais o marco das pessoas, do povo claramente presentes.

## 2.6 O papel do popular no preservar/conservar

Oliveira (2008), fundamentado em uma abordagem histórica, entende o estudo do folclore e da cultura popular como inaugurados como consequência de alterações da percepção frente aos processos de homogeneização cultural. Mudanças essas que estiveram presentes a partir do século XIX, em conjunto com as grandes rupturas dos processos de industrialização, urbanização e fortalecimento dos Estados Nacionais. Desse modo, a cultura popular foi considerada mais uma das manifestações das rupturas que o movimento moderno causou, onde o “povo passou a ser visto como transmissor fidedigno da tradição nacional” (OLIVEIRA, 2008, p.87).

“Os costumes populares passaram a ser chamados de folclore (do inglês *folk*, gente comum, e *lore*, saber). O *folk*, o povo, era identificado com aquele que detinha o saber arcaico, os saberes tradicionais. E a tradição, entendida como passado que se faz presente, servia para legitimar a nação moderna, que desejava se auto-representar e, para tanto, buscava sua essência, o que diferenciava das demais nações exatamente na tradição. Buscava valores que fundamentassem a legitimidade da ordem que desejava implantar. O esforço de recuperar a dimensão do passado como forte da legitimidade estava presente em várias esferas da vida social” (OLIVEIRA, 2008, p.87).

Ainda segundo Oliveira (2008) e IPHAN (2011), no Brasil, o lugar do folclore e do popular sempre estiveram muito atrelados à política de preservação, desde seu início com Mário de Andrade, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), donde seu papel no movimento modernista de 1922 e na criação de um campo de saber até então desconhecido. Seu desenvolvimento, como campo de saber, acabou por se impor na disputa de constituição de campo entre a sociologia e a antropologia. Mas, após tal mote iniciado há quase 90 anos, no Brasil, a última ação tomada foi a criação do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular em 1958, vinculada à UNESCO, que hoje integra a estrutura do IPHAN e é o órgão responsável pelos procedimentos de registro de bens culturais do patrimônio imaterial.

Conforme o IPHAN (2011), a criação do Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, estaria sendo liderada pela UNESCO para que se implantassem mecanismos para documentar e preservar tradições que se avaliavam estarem em via de desaparecimento no período. Cabe atualmente ao Centro acompanhar, em nível nacional, as constantes transformações na área de folclore e cultura popular, com o desenvolvimento e execução de programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação e difusão de manifestações dos saberes e fazeres de nosso povo.

Oliveira (2008) indica que quando a nação deixou de ser tópico hegemônico no campo simbólico e a cultura popular já se tornou cultura de massa, o folclore assume outras feições, permitindo novas reinvenções da tradição. Fruto da cultura popular, a arquitetura vernacular pode ser incluída em tal atribuição. Uma nova feição e reinvenção da tradição, mas que, entretanto, o que hoje no Brasil se tem por folclore ainda passa ao largo do que se costuma considerar o edificado.

Assim, se o patrimônio folclore se integra como política pública apenas a imaterialidade, contudo, Oliveira (2008) considera que ainda está aberta a reinvenção da tradição. Destarte, a contradição e aceitação da uniformização que a cultura de massa proporciona mostra-se equivocada. Se a cultura popular já se tornou cultura de massa, as tentativas de preservar bens culturais imateriais torna-se um tanto frágil. Ora, a cada dia se torna mais artificial a divisão material e imaterial da preservação, onde novamente percebe-se que colocar-se a arquitetura vernacular conforme descrito na Introdução, apenas como processo imaterial, é tentar restringi-la em feições, e talvez por isso ainda não seja abordada e esteja atualmente à margem da ciência e políticas culturais.

Conforme Oliveira (2008), foi a partir dos anos 1960 que foram implantadas as transformações que o campo da antropologia trouxe, com novas visões sobre a cultura popular. A cultura popular deixa de ser uma categoria para se tornar uma ação política. Entretanto, conforme propõe o historiador Roger Chartier (1995, p. 94), citado por Oliveira (2008), dois caminhos se destacam para a cultura popular e o folclore: o primeiro caminho como o povo sendo portador de “práticas próprias, particulares, distantes da influência estrangeira, e como tal torna-se depositário do mais autêntico e nacional”, e o segundo caminho como resultado apenas de um processo de dominação, cabendo um estudo dos mecanismos na sociedade de classes.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN, 2011), descreve que a ação de proteção do folclore e cultura popular constitui seu foco nos indivíduos e na análise e entendimentos acerca dos diferentes grupos sociais e processos culturais. Essa definição coaduna com a afirmação de que “Ethos que, para os antigos gregos, significava a morada do homem, o lugar marcado pela atividade humana que transforma a natureza e produz cultura” (IPHAN, 2009, p.5).

## **2.7 Motivações de preservar/conservar**

Aquém das contradições entre a classificação material e imaterial, mencionadas na Introdução, ao se lançar hoje um olhar sobre o patrimônio cultural material, percebe-se que temos um grande avanço e amplitude de sua abrangência, tendo em vista a relevância da não dissociabilidade das características culturais das simbólicas. De acordo com Tostes (2008, p.7), as novas questões sobre o preservar do patrimônio passam por “questionamentos que vão desde reflexões sobre a própria historicidade do conceito de patrimônio, passando por questões práticas para o acondicionamento de acervos, políticas públicas, tecnologias de conservação e restauro etc.”.

No entendimento de Castriota, (2009, p.13):

“vivemos não apenas uma mera expansão, uma agregação quantitativa de bens culturais, mas um profundo deslocamento no campo do patrimônio, que nos últimos anos também se vê colocado em diálogo com outros campos e múltiplas disciplinas, para no entrelaçamento de suas perspectivas, procurar responder a uma realidade de crescente complexidade. Assim, por exemplo, é que vão surgir, no final do séc. XX, ideias como a de ‘patrimônio ambiental urbano’, na qual se aproximam três campos – o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental – que até então pouco se comunicavam. Isso só vai ser possível pelas alterações internas que cada uma dessas áreas vem sofrendo: por um lado, o conceito de patrimônio – ao se afastar da noção reificada de monumento – incorpora a ideia da dinâmica da cultura e do ambiente construído; por outro, percebe-se – através da mediação de ideias como sustentabilidade e de qualidade ambiental – a necessidade de se pensar conjuntamente as chamadas ‘áreas históricas’ e o restante do tecido urbano e do território. E, finalmente, entende-se que na ideia de meio-ambiente inclui-se o ambiente urbano, no qual vive a maior parte da humanidade.”

## **2.8 Preservar/Conservar e seus entrelaçamentos com o vernacular**

Tal qual nos aponta Castriota (2009), as políticas de preservação do patrimônio sofreram uma ampliação de seu campo conceitual, decorrentes das próprias mudanças dos conceitos de arquitetura e preservação, o que vai interferir diretamente sobre a abordagem da arquitetura vernacular.

Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o Art Nouveâu), e mesmo a produção contemporânea (CASTRIOTA, 2009, P.85).

As relações do patrimônio passam a trabalhar com a dialética lembrar-esquecer, para se criarem as memórias, mesmo que algumas permaneçam na obscuridade. Dessa forma, a questão dos valores é central no que se determina preservar. Se não bem ressaltados esses valores, posturas ingênuas ou dogmáticas podem ser adotadas. As questões antes avaliadas do patrimônio de “excepcionalidade” e “memorabilidade” passaram por diversas transformações,

e, por intermédio dos deslocamentos dos campos da estética e da história fundamental, o termo “patrimônio histórico e artístico” foi alterado para “patrimônio cultural”, em uma abordagem mais aprofundada.

Ainda segundo Castriota (2009) cabe observar o caso da preservação singular que órgãos de cultura vislumbraram realizar pelo mundo, tendo em vista a atual ruptura com a noção reificada de monumento que o patrimônio cultural adquire na contemporaneidade.

Nesse sentido Barda (2007) argumenta que o conceito de preservação deve nortear a postura diante de intervenções urbanas, a partir da consideração do contexto em que a edificação está inserida, isto é, em um sistema contínuo de referências à transformação e tutela de valores históricos e culturais. Diante desse enfoque, a discussão referente à preservação não se limita a monumentos arquitetônicos, mas também à arquitetura vernacular, considerada por outras abordagens como “menor”.

Assim, se o campo da preservação possui abrangência integradora por intermédio da paisagem cultural na tentativa de se ampliar a dicotomia forçada entre patrimônio imaterial e material, há sintomas de que o folclore e a cultura popular estejam servindo de coadjuvantes destas ações, quase que tentando extinguir sua face de dominação de classe, ou sendo delegados ao segundo plano. A arquitetura vernacular, esvaziada de fatores antropológicos e a primeira vista devido à ausência de pessoas, o povo, seu produtor, é de fato riquíssima de herança delegada nas suas cicatrizes e marcas aparentemente ocultas, constituindo um habitar destituído de seus personagens.

A relevância da paisagem cultural com um além e aquém da percepção atual de patrimônio cultural também é acompanhada por Guimaraens (2008, p. 101), no intuito de restituir a relação com sua parte natureza, com atribuições diferenciadas de valores:

“Desta perspectiva, as práticas culturais identitárias envolvem, primordialmente, a recuperação e a conservação das representações da memória e do esquecimento de múltiplos passados. Essas práticas são as ferramentas essenciais para a invenção da ‘patrimonialização de todo o existente’ e, na medida em que reinterpretem e reorganizam o passado, legitimam-no ilusoriamente”.

Castriota (2009, p.103) ainda reintegra a constatação ressentida de que a valorização dos patrimônios imateriais/ intangíveis advenha do fracasso dos patrimônios materiais de ser uma categoria social quase vazia. Assim pode a arquitetura vernacular tratar exatamente desta “categoria social vazia” restante, numa investigação quase arqueológica da forma

remanescente, buscando dar sentido de memoração a esse social, destruído e dilapidado pela cultura contemporânea.

Ao observar a arquitetura vernacular não se busca agregar valores para que seja o mais novo objeto, novamente materializado. Não pode estar centrada em realizar reinterpretações do passado, de modo a falsear seu conteúdo. Tal abordagem da paisagem cultural, pode talvez levar a pensar, sejam uma tentativa esvaziada de seus postulados evacuados das pessoas. Não se trata aqui de buscar mais uma quimera.

## **2.9 Críticas a patrimonialização considerada necessária a preservação/conservação**

Partindo da análise da arquitetura vernacular sob o ponto de vista da busca contínua de preservação do patrimônio cultural através dos caminhos pelos quais as sociedades contemporâneas vêm enveredando, improvisadamente cabe lembrar-se do filósofo francês Jeudy (2005) que realiza duras críticas a patrimonialização excessiva dos grandes centros e à estetização urbana.

O autor critica a estetização da pobreza e a implantação de obras suntuosas em favelas, na qual um estudo da arquitetura vernacular também não deve se ater. Inspiradas nas práticas europeias, as políticas de urbanização brasileiras não fogem desse algoz.

“... a favela [do Jacarezinho, no Rio de Janeiro] se tornará ela própria um local aberto para o mundo, um laboratório de criações, um viveiro de riquezas simbólicas. Assim será a parábola municipal: para além da miséria existe a arte; a arte que, por excelência, exerce a função social primordial de sublimar a miséria” (JEUDY, 2005, p. 126).

Jeudy (2005) realiza um retrospecto histórico das políticas de preservação, prognostica que os novos patrimônios já nascem antigos. Que o amor coletivo ao patrimônio iniciou-se nos anos de 1980 e foi despertado pelos desmoronamentos dos modos de produção industrial, por uma busca por sua salvaguarda e que daí decorre sua valorização.

Frente a uma vertente de humanismo universal, por intermédio da conservação do patrimônio, o poder público busca o “assentimento geral”. Frente a uma “dinâmica da reapropriação legítima, ao se opor tanto à ameaça do desaparecimento quanto à de ‘desposseção’, provoca a mobilização social em torno da defesa comum das identidades” (JEUDY, 2005, p.26-27).

Ao dar sentido identitário à preservação das memórias coletivas, a lógica da conservação cumpre uma função social e política: todo símbolo patrimonial vem conjurar a ‘morte das

antigas trocas simbólicas’, cobrindo, por intermédio da nostalgia compartilhada, o déficit de sentido induzido que consiste no que está em vias de desaparecer que deve ser magnificado (JEUDY, 2005, p.28).

Jeudy (2005, p.29) adverte que a busca pelo não esquecimento transforma-se em uma válvula de escape para que se suporte o entusiasmo coletivo do prazer de reconhecimento da proteção daquilo que estava em vias de desaparecer. Como base para a preservação, a escolha do patrimônio industrial, citada anteriormente e sua valorização visavam mostrar aquilo que nunca ninguém quisera ver: como se passara a exploração do homem.

Se a preservação patrimonial, nas vias do que é hoje moldado pelo poder público, conforme mencionado pelo autor, acaba por transgredir a busca desenfreada por legitimação, por outro lado o estudo do patrimônio popular (vernacular, ordinário) passa a ser aquilo que atualmente a sociedade se nega a ver, a degradação humana sociológica estampada na urbe frente à padronização sociocultural que vemos aproximar das mais diversas áreas.

Conforme o próprio autor sentencia, a “encenação de grandes projetos de preservação prosseguirá, uma vez que o ato e consagração patrimonial continuam a desempenhar um papel salvador, mas o apreço coletivo que lhe deu origem diminui sensivelmente” (JEUDY, 2009, p.29). São ainda necessárias as formas de preservação patrimonial atual, mas elas caminham para um esgotamento.

A resistência ao esquecimento impôs uma objetivação racional da memória individual e coletiva. Toda imagem mnésica se vê, desse modo, presa na armadilha de um cenário patrimonial que lhe impõe o sentido de sua manifestação. Resta-lhe apenas o segredo. Enquanto o patrimônio dizia respeito à história tradicional das igrejas e dos castelos, ele deixava a memória totalmente livre de seus recortes e de seus retornos. A partir do momento em que incluiu a vida social em seu conjunto, passou a impor um arcabouço semântico prévio às manifestações da memória individual. E, sobretudo, parece ter realmente liquidado a convivência implícita que animava e fundava a memória coletiva. Esse arranjo é necessário? Dentro da perspectiva do dever de não esquecer, tal necessidade obteve força de lei. É preciso de fato admitir que a organização patrimonial coincida com ‘uma regulação ética’ do tratamento reflexivo das memórias coletivas (JEUDY, 2005, p.31).

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA VILA DO ELESBÃO.**

Tendo em vista que a abordagem temática descrita é ainda recente e carente de fontes específicas, optou-se por realizar nesta dissertação uma abordagem mista qualitativa e quantitativa, conforme definido por Severino (2007). Buscando caracterizar a realidade do tema e trazendo à luz a dinâmica brasileira, analisou-se caso da Vila do Elesbão em Santana/AP, considerando-o representativo por ser abordado com a proposta de Chancela de Paisagem Cultural pelo IPHAN. A metodologia científica aplicada conjugou as ideias de Weimer (2005) e Carter e Cromley (2005) para a realização dos estudos de caso, na qual a análise partiu do todo (espaço urbano) com a escolha da edificação típica (Carter e Cromley) para identificar as características vernaculares próprias adicionais às identificadas anteriormente por Weimer (tipologias de casas populares).

Para a investigação, foram explorados os seguintes critérios analíticos embasados nos referenciais teóricos de Carter e Cromley (2005), classificados como: 1º Inserção Urbana e Histórica; 2º Morfologia (*Reconnaissance survey*); 3º Pesquisa Documental; 4º Fotografias; 5º Mensuração; 6º Gravando a edificação (*Recording a building*); 7º Leitura da produção (*Reading the Physical Fabric*). Por fim, na leitura das edificações serão identificadas três parâmetros: o tempo, a forma (estilo, tipo) e a função e a tecnologia.

Os dados levantados nas fichas do Inventário do Conhecimento elaborado pelo IPHAN (2009) foi o ponto de partida da pesquisa, seguida por observações em campo no período de 2011 a 2012. Por meio destas foi possível coletar dados acerca das as edificações objeto de estudo, bem como obter informações das características dos moradores para a Chancela da Paisagem da área, além da inferência qualitativa das características vernaculares. Nesta oportunidade, observou-se que parte das edificações inventariadas atendiam os itens 1 a 5 da metodologia de Carter e Cromley (2005). A presente dissertação oferece uma abordagem de leitura espacial dos dados para o fim que objetiva abordagem qualitativa das características arquitetônicas que pode ser extraídas das fichas e ampliação da fidelidade científica através da mensuração quantitativas de parâmetros pré-estabelecidos. Assim, a proposta é ampliar as conclusões do inventário apenas sobre a ótica da diferenciação da busca pelas edificações vernaculares.

#### **3.1. Área de Estudo**

A comunidade da Vila do Elesbão – Santana/AP, tem inquietado pesquisadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, resultando em pesquisas realizadas desde 2009.

As peculiaridades da área legitimam as políticas públicas diferenciadas adotadas, tais como o instrumento legal de uma Chancela da Paisagem, em que a arquitetura vernacular é elemento intrínseco a identificação e proteção do bem cultural.

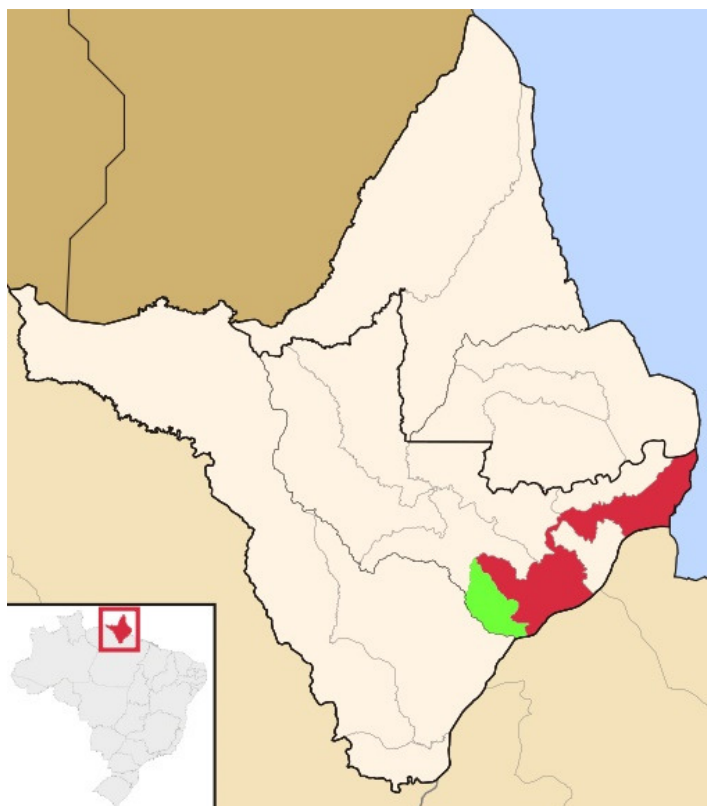


Figura 7 – Mapa político do estado do Amapá- Em vermelho cidade de Macapá. Em verde, cidade de Santana. Fonte: IBGE, 2010

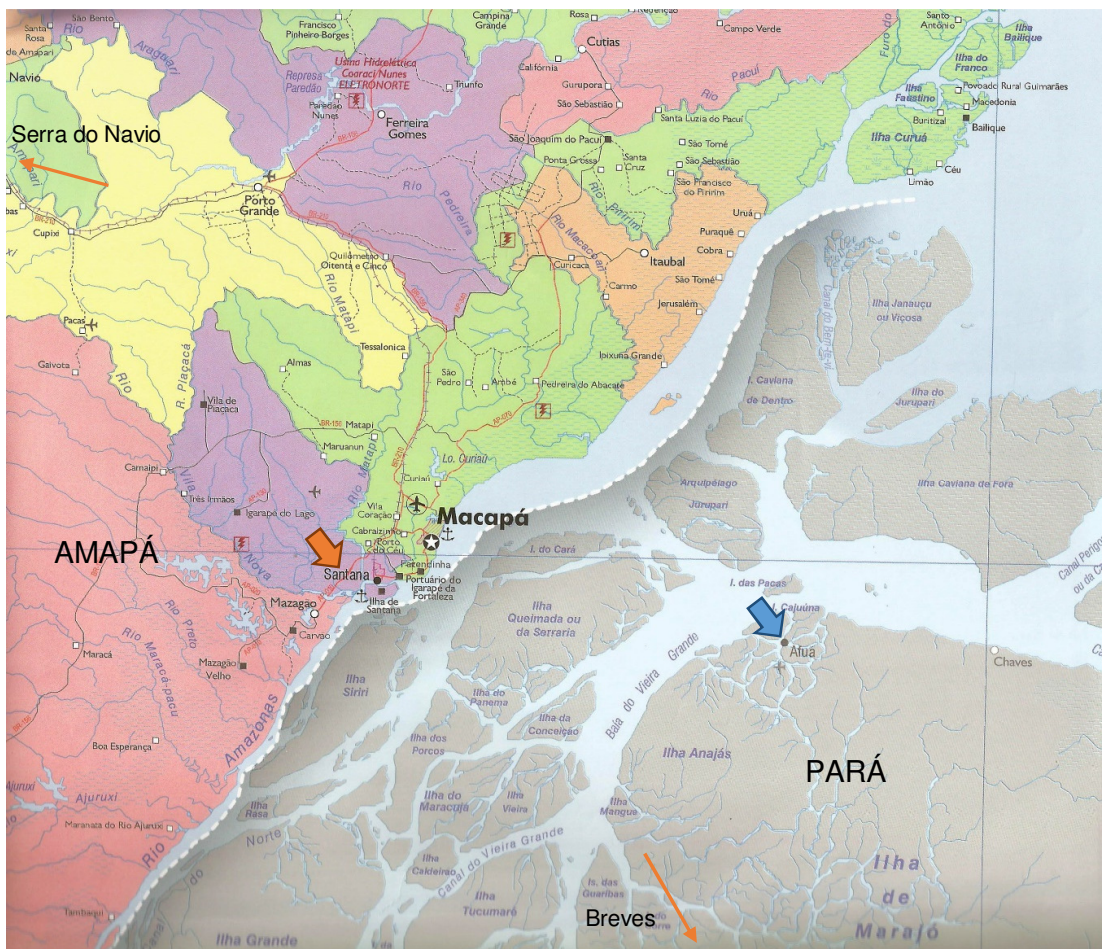


Figura 8 – Mapa de detalhe divisão política entre os estados do Amapá e Pará (em cinza). Localização de Santana em destaque (seta), e Afua-PA (seta azul). Fonte: IBGE, 2010



Figura 9 – Vista aérea do Município de Santana. No detalhe maior, Vila do Elesbão. Fonte: Google, 2013.

O Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão foi utilizado como fonte de dados da área. Tal instrumento carece de maior atenção, uma vez que não foi explorado em sua totalidade em trabalhos acadêmicos. O levantamento realizado em 2009 visava identificar o processo de sobrevivência das atividades típicas da região, bem como identificar o potencial de reconhecimento da Paisagem Cultural da área. Observa-se que

o ofício de carpintaria caracteriza-se como elemento diferenciado da Vila. O documento destaca que a cultura da criação de embarcações é anterior ao período da própria ocupação portuguesa, pois os indígenas existentes no território já se utilizavam do transporte fluvial. Assim, sua abordagem quanto a relevância de ser ou não patrimônio cultural é legítima.



Figura 10 – Vista de produção de embarcações navais em madeira na Vila do Elesbão Fonte: IPHAN, 2009.

O levantamento realizado pelo IPHAN identificou 240 residências, nas quais foi possível acessar 96 entrevistas de campo realizadas por aquela instituição. Além das 96 residências, também foram entrevistados 31 artífices. A excepcionalidade dos condicionantes levaram o Elesbão a se tornar uma referência da produção e modo de vida vinculado ao ofício de carpintaria. Os habitantes da região se especializaram no conhecimento e transmitem a cultura tradicional do Ofício da Carpintaria Naval. Na realização dessa atividade, observou-se a presença de 15 oficinas informais (estaleiros) em que atuavam 30 carpinteiros.

Entender como os profissionais chegaram na área e porque ali se instalaram encontrava-se entre as motivações do trabalho (IPHAN, 2009). Dessa maneira, a pesquisa em questão

pautou-se por analisar as motivações que levaram profissionais a sobreviverem de um ofício que, apesar de milenar, é pouco valorizado. Assim, os estaleiros com características de modo de fabricação das embarcações semi-artesanal foram analisados, buscando identificar aqueles com a adoção de madeira, tanto para as próprias embarcações quanto para as passarelas e residências.

### **3.2 Caracterização geográfica**

A Vila do Elesbão está atualmente inserida dentro do Município de Santana, próximo do Porto de Santana, que por Decreto é a principal área portuária do Estado, sendo o ponto de desembarque dos produtos importados da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a exportação de produtos primários, como minérios. O Porto de Santana integrava parte da estrutura implantada nos meados da década de 1950, pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI), mineradora que explorou as reservas de manganês no Amapá até a década de 1990. O porto, se por um lado atrai a instalação das moradias na vila, também lança resíduos de arsênio nos rios da região.

O bairro do Elesbão, apesar de relativamente afastado do porto, está dentro da área de Interesse Portuário. Assim, ao mesmo tempo em que incidem diretrizes de preservação ambiental, é uma área de aplicação econômica, conforme apresentada no art. 57 do Plano Diretor de Santana/AP, o que acaba por não propiciar a conservação das comunidades ribeirinhas. Dentre os impactos mencionados já se tem a implantação na região indústrias extrativistas olarias já no entorno do Elesbão.

### **3.3 Estrutura Urbana**

No levantamento realizado pelo IPHAN (2009) identifica-se a relevância da estrutura urbana criada associada a “atividade de carpintaria Naval como atividade vocacional e compatível com sua posição geográfica” (IPHAN, 2009, p.65). O Ofício de carpintaria Naval é analisado como tendendo a desaparecer, pelo avanço tecnológico das construções navais. Dada a relevância, deveria haver maior divulgação e valorização cultural da área. Pelo levantamento socioeconômico, observou-se que a população possuía grande ligação com o espaço habitado. Entretanto “torna-se necessário um plano de manejo para a localidade, com delimitação de zoneamento com a finalidade de preservar as características locais, dando melhores condições de uso do solo sem degradação do meio ambiente” (IPHAN, 2009, p.66)

Segundo o IPHAN (2009), as primeiras famílias chegaram à Vila do Elesbão em meados dos anos 1950, provenientes das ilhas no Estado do Pará, a maioria do município do Afuá. A ocupação do local acontece inicialmente no lado oeste da atual comunidade. Segundo depoimento dos moradores, os primeiros habitantes do bairro ao chegarem ao local se separaram glebas de terra para uso próprio, em especial ligado ao agro extrativismo. Com o passar do tempo, houve a venda de suas terras, dando origem à formação de palafitas, que começam a ser construídas e interligadas por passarelas, primeiramente na região a oeste da orla do rio, depois na direção leste.

Com a atividade de pesca predominante na região e, tendo em vista ser o rio a única forma de acesso para se chegar as demais comunidades e cidades, a construção naval repõe naturalmente, como necessidade por parte destes moradores. Assim, este conhecimento continuou a ser transmitido para as gerações seguintes e a atividade e suas embarcações passaram a ser conhecidas e procuradas pelos moradores das demais comunidades ribeirinhas, tanto do interior do Amapá que cresceram ao longo do rio Matapi como Cinco Chagas, Mazagão, etc, e ainda por moradores das ilhas do Marajó. A atividade de carpintaria naval expandiu tanto que nos dias de hoje predomina e caracteriza o local.



Figura 11 – Mapeamento Cadastral da Vila do Elesbão efetuado pelo Iphan no Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão.  
Fonte: IPHAN, 2009.

### **3.4 Caracterização Histórica**

Conforme Iphan (2009), a formação da comunidade do Elesbão está vinculada ao processo de crescimento da área portuária do município de Santana, mencionado anteriormente e de relação profunda com a extração de minério de manganês.

Conforme já dito, as famílias que se instalaram no Elesbão, nas imediações da ICOMI, produziam pequenas embarcações para atendimento de suas necessidades, mas devido a sua posição geográfica e a necessidade de locomoção via fluvial, tornaram-se fornecedores de embarcações para moradores e empresas locais. A comunidade foi igualmente impactada pela migração de outras comunidades do interior, que passavam de barco pela região para subir o rio Matapi.

A pesquisa do IPHAN (2009) ainda revelou que as famílias objetivavam a busca de melhores condições de trabalho; muitos se dedicavam a atividade extrativista da borracha em seringais e, com a queda da exportação deste produto, tiveram suas rendas diminuídas. Outros informaram que trabalhavam com agricultura em propriedades particulares e se deslocaram para a localidade em busca de terras para efetuarem seus próprios plantios. Ao chegarem à localidade ficaram encantados com a fartura encontrada no sítio (para onde migraram), em função das boas condições encontradas, fixaram residência e após estarem alojados muitos trouxeram seus familiares. Com o passar do tempo outras famílias chegaram à localidade, atraídas pela oferta de emprego proporcionada pela mineradora ICOMI.

Com o declínio da exploração de manganês na década de 90/00, a região passou a produzir embarcações para atender apenas a comunidade ribeirinha, pessoas que encomendam barcos para atividades de lazer e transporte. A produção dos estaleiros ocorre informalmente e de maneira artesanal, sendo que cada carpinteiro é responsável por uma etapa de produção

### **3.5 Caracterização socioeconômica**

Segundo Silva (2008), quanto ao abastecimento de água, a maioria dos moradores entrevistados está satisfeita com os serviços recentemente implementado pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA, mas ainda não conta com serviço de esgoto. Observou-se também que a maioria dos moradores (84%) lança seus dejetos sanitários diretamente no curso do rio, apesar da oferta de serviço de limpeza para atender a comunidade. Adicionalmente, constatou-se que a comunidade é afetada pelo lixo provenientes das comunidades vizinhas, trazidos pela maré.

Ainda conforme Silva (2008) constata-se que o Distrito do Elesbão é atendido por algumas políticas públicas como posto de saúde, segurança e outros, apesar de outras como escola e iluminação funcionarem precariamente. Quanto a questão da saúde, verificou-se maior incidência de malária (32%). Doenças como hepatite e verminose apareceram em 22% das queixas dos moradores. Ressalta-se que estas ocorrências e os problemas dermatológicos observados nas crianças possam estar relacionados com a ingestão ou contato direto com a água contaminada.

Segundo IPHAN (2008), a análise socioeconômica da população indica que a maioria dos moradores tem idade entre 20 e 50 anos, é composta por população educada até o fundamental incompleto. Entre os entrevistados, 21% residiam no local entre 35 e 40 anos, enquanto outros 18% habitavam a região entre 45 e 50 anos. Nota-se, portanto, que uma parcela significativa da população reside na região há mais de três décadas na região.

Um dado relevante é que 30% dos núcleos familiares eram compostos por quatro pessoas, 19% por seis pessoas e 15% por 20 pessoas. Nesse mesmo sentido, nota-se que ainda há composições familiares com alta taxa de natalidade e há situações em que os filhos não constituem novos núcleos, convivendo diversas gerações da família ainda em conjunto. A família na maioria é composta de dois ou quatro adultos, sendo o número de crianças por famílias um, duas ou três, na maior parte da amostragem.

Quanto à renda em 2009, 57% recebia de R\$300,00 a R\$500,00 e 37% de R\$900,00 a R\$1000,00. Da amostragem, 60% adquiriram a sua residência através de compra e 18% através de doação, sendo apenas 14% como herança. Quanto a satisfação de morar no lugar, 84% manifestou gostar da Vila do Elesbão. Quanto a distribuição das profissões, a maior parte identificada é de donas de casa (25%), seguido dos carpinteiros navais (15%) e comerciantes (7%).

No segundo momento da pesquisa do Iphan (2009), deu-se a análise socioeconômica dos carpinteiros navais, em que foi identificado que, quanto a origem natal, 30% são originários da cidade de Breves-PA, 19% do Afuá-PA, ambas cidades da região das ilhas de Marajó. Das atividades que executam, 78% são carpinteiros, sendo o restante do percentual fragmentado entre calafetador, pintor, marceneiro ou executante ou outras atividades. Em 2009, 96% não possuíam vínculo empregatício.

Quanto ao Ofício mais especificadamente, 24% dos entrevistados informou que aprendeu o ofício com a família, seguido de 20% sozinhos e 16% com amigos. Em 65% dos casos os carpinteiros informaram transmitir seus conhecimentos para outras pessoas. Dos carpinteiros, 64% informaram exercer outras atividades além da carpintaria. E, por fim, quanto à instrução, 48% informaram ter fundamental completo.

### **3.6 Caracterização socioambiental**

Um dos aspectos que tornam a Vila também excepcional está a amplitude dos impactos socioambientais; Vila do Elesbão é fruto da **ocupação de área ambiental** que sofre com processo de antropomorfização, revelando a relação histórica marcante definida por Milton Santos no espaço brasileiro de **segregação social**, onde “os menos favorecidos [são colocados] em espaços **poucos valorizados ou impróprios para uso e moradia**, como locais próximo a rios, indústrias, morros etc (SANTOS apud IPHAN, 2009, fl.59)”.

A Vila foi formada por aqueles cuja atividade econômica inicialmente tratava apenas de uma “necessidade para quem era morador daquele local, já que o rio era o único meio de saída e o barco imprescindível para a locomoção da própria família” (IPHAN, 2009, fl. 60), sendo as relações apenas de extrativismo da área ambiental.

Entretanto, na época da pesquisa – 2009 – observou-se que a área foi impactada por atividades degradadoras do meio ambiente que podem interferir com a relação do Elesbão, que são fundamentalmente a utilização de parte das terras mais firmes, mas ainda na várzea da Vila, para implantação de olarias ao longo dos igarapés. Dentre os impactos ambientais listados, conforme referencial adotado, pela ação das olarias tem-se impacto negativo, direto e indireto a nível local e permanente na Vila do Elesbão.

Notadamente, o Elesbão é reconhecido nos meios acadêmicos e científicos pela influência da contaminação das áreas pelo arsênio. Conforme LIMA et ali (2007, p. 467) identifica, a contaminação advinda da exploração de manganês na Serra do Navio-AP foi resultado das atividades da empresa ICOMI no período de 1957 a 1997 e do minério transportado até o Porto de Santana, às margens do rio Amazonas, a 30km de Macapá onde, entre 1973 e 1983, a empresa manteve em funcionamento uma Usina de Pelotização, e os resíduos gerados, contendo arsênio (As), depositados numa lagoa artificial, contaminaram as águas superficiais de drenagens próximas.

A relação da Vila do Elesbão com o município de Serra do Navio, além das questões de preservação do patrimônio cultural (sendo a Vila de Serra do Navio, conjunto urbano tombado pela união) advém da relação extrativista desde os fins da década de 1950, quando foi construída a Estrada de Ferro do Amapá, com 19 Km, que, iniciando-se na Serra do Navio, atravessa os municípios de Arapari e Porto Grande até chegar ao porto do município de Santana, localizado no Canal Norte do rio Amazonas. Esse local foi escolhido pelas condições geográficas adequadas, como profundidade e fácil navegabilidade de navios de grande calado, facilitando o transporte fluvial/marítimo com destino ao mercado externo. Assim, foi instalado um cais flutuante em frente à Ilha de Santana e, pelas mesmas características, também no mesmo período se deu a implantação da Vila do Elesbão ao seu redor.

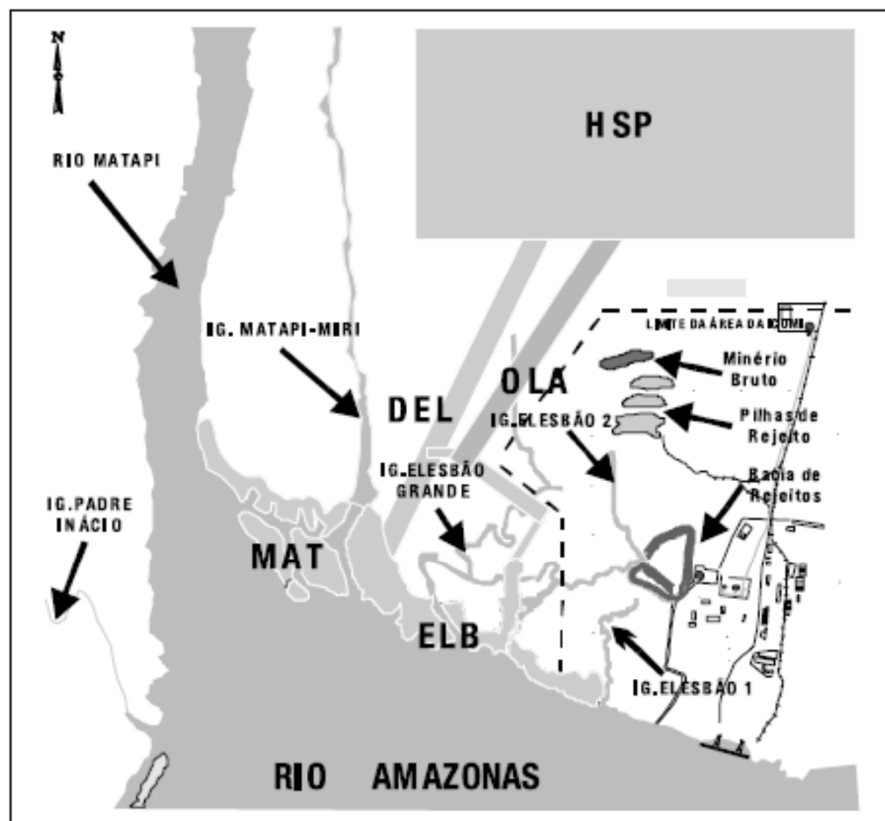


Figura 12 – Localização das regiões Vila do Elesbão (ELB), Vila do Matapi-Mirim (MAT), Rua Delta (DEL), Rua da Olaria (OLA) e Bairro da Hospitalidade (HSP). As zonas de impacto e influência do depósito de manganês e rejeitos da Planta Mineradora da antiga ICOMI – Utilização do Porto de Santana. Fonte: LIMA, 2007.

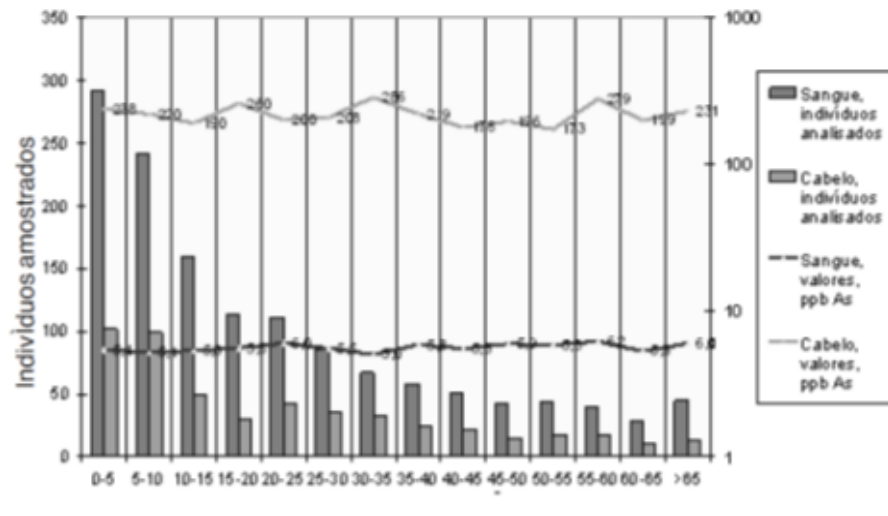


Figura 13 – Distribuição de arsênio em partes por bilhão (ppb) no sangue de 1.377 pessoas e no cabelo de 512 pessoas da Vila Elesbão, conforme faixa etária. Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2001 IN: Scapelli (2003,p.116)

Segundo Scarpelli (2003, p117) identificou-se a presença de As no sangue e no cabelo de um grupo de 512 pessoas; o resultado demonstrou serem os níveis aceitáveis desse elemento no organismo humano e concluiu que “as patologias identificadas na comunidade do Elesbão através da análise clínico epidemiológica laboratorial não apresentam relação estatística significativa com as médias de arsênio encontradas no sangue e no cabelo da população estudada”

Outra questão ambiental levantada foi a influência da contaminação das águas da Vila:

“Segundo o Observatório Social, em março de 2003, através de um relatório, demonstra os problemas ocorridos pela exploração de manganês no Amapá. Entre esses problemas, o principal foi a contaminação do lençol freático na área do porto da ICOMI, onde, em suas proximidades, está localizado o bairro do Elesbão. Nas auditorias realizadas constatou-se que a ocorrência de Ferro (Fé), Arsênio (As) e Manganês (Mn) estavam acima dos níveis estabelecidos pela Legislação de Águas superficiais e subterrâneas e haviam atingido os igarapés que cortam o bairro do Elesbão. Segundo o estudo, existe a possibilidade dos sedimentos de fundo e a fauna aquática dos igarapés estarem contaminados com arsênio” (SCARPELLI, 2003, fl.62).

Por fim, tem-se a questão dos dejetos humanos, e assim, como a maioria das cidades amapaenses, o Elesbão não possui sistema de captação e tratamento de esgoto, sendo o destino final dos mesmos o próprio rio, na maioria das vezes, e quando raro, o uso de fossas sépticas. Portanto, restam como problemas ambientais relevantes a contaminação dos rios por arsênio, manganês e por dejetos humanos.

## **4 ANÁLISE METODOLÓGICA DA VILA DO ELESBÃO**

Com base nas fichas levantadas pelo Inventário do Conhecimento do IPHAN (2009), referente à realidade dos moradores da Vila do Elesbão e das visitas de campo, de um universo de noventa e uma edificações, conforme tabulação apresentada no ANEXO B, conseguiu-se desenvolver um trabalho analítico com setenta e sete delas.

Para fins de análise, as fichas “Mapa de localização do imóvel” foram utilizadas, assim como os dados acerca das edificações, conforme ilustrado nas figuras 14 e 15. Cabe observar que o Inventário do Conhecimento foi elaborado para possibilitar ao IPHAN analisar as características socioeconômicas dos moradores e carpinteiros da Vila, daí a localização na figura 16 das carpintarias, possibilitando comparações com sua proximidade. Aproveitando-se dessa base de dados e das visitas de campo, aplicou-se a metodologia de Survey de Carter & Cromer (2005), apresentada na figura 16.

Na tabulação detalhada no Apêndice A, foram desenvolvidos três categorias de apreensão das características da edificação: informações básicas de identificação do objeto; planta; e fachada, em que as duas últimas são o diferencial deste trabalho, onde se buscou a conjunção entre o trabalho analítico e empírico na área de arquitetura.

As variáveis articuladas no Apêndice A explicitam-se a morfologia básica das unidades analisadas, dentro de uma realidade da apreensão da arquitetura básica vernacular a partir da realidade refletida naquela comunidade, possibilitando a inferência acerca da relação entre os fenômenos de ocupação e consolidação da arquitetura típica ribeirinha.

## EDIFICAÇÕES LEVANTADAS NA VILA DO ELESBÃO

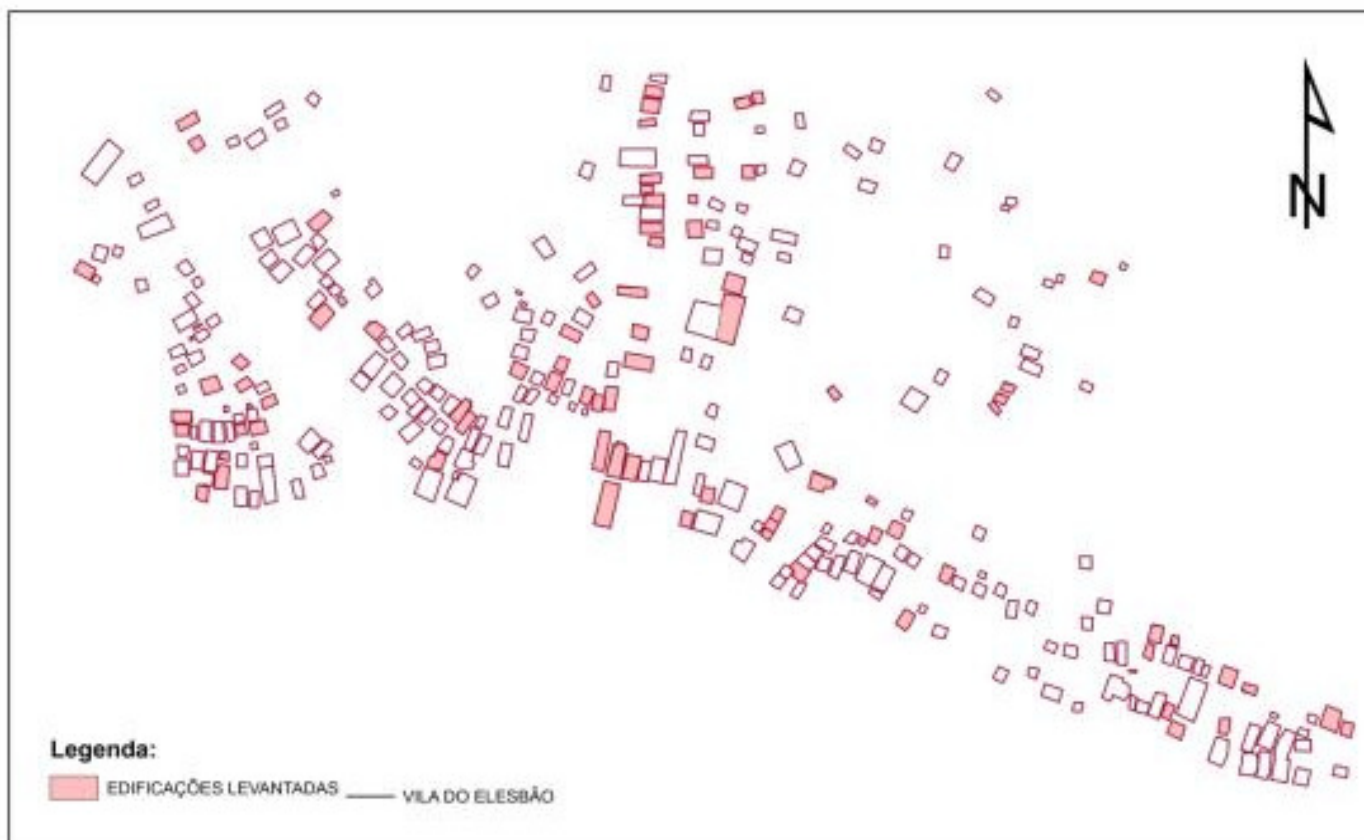


Figura 14- Mapa de distribuição das edificações levantadas na pesquisa in locona realidade de edificações existentes na Vila do Elesbão. Fonte: elaborado pela autora, 2013.





Figura 16 – Mapa de localização das passarelas e dos estaleiros de carpintaria naval. Fonte: IPHAN, 2009.

O tempo informado de construção da edificação constitui como primeira variável analisada (Figura 17). Extraídos diretamente da ficha do IPHAN, os dados foram obtidos com os respectivos moradores. O que se pode constatar é que as informações prestadas sobre as edificações coadunam com a realidade anteriormente discutida na análise da Evolução Urbana da Vila, demonstrando que núcleos mais antigos estão localizados a Oeste. Além disso, as edificações mais recentes concentram-se principalmente no ramal de acesso por via térrea, localizado ao centro do mapa em direção a Norte, que hoje se encontra asfaltado e que liga a Vila à cidade de Santana. Por possuir menor ligação com o rio, o ramal sofre menor influência das marés, quando comparado às demais regiões.

O tipo de acabamento das edificações foi captado por meio exercício de observação das fotos constantes na base de dados (fichas do IPHAN) e confirmação em campo através das visitas realizadas das características registradas, nas quais foram avaliadas a possibilidade de presença de vedação em madeira pelas edificações: característica que demonstrou-se predominante, excetuando-se apenas três casos localizados na área do ramal asfaltado (Figura 18), o que indica uma possível relação do tipo de acesso de transporte, determinando a magnitude da influência da expansão advinda da região metropolitana.

O caimento dos telhados foi levantado (Figura 19) a partir da análise comparativa da fotografia da edificação com a ilustração em croqui da fachada principal. A análise da distribuição espacial demonstrou que a maior parte das edificações possui duas águas, confirmando a característica vernacular de Weimer (2005), anteriormente levantada. A solução de telhado introduz variações na volumetria das habitações mas, pela semelhança dos materiais, mantém estas variações dentro de um todo coerente que sublinha a herança compartilhada.

## TEMPO DE CONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

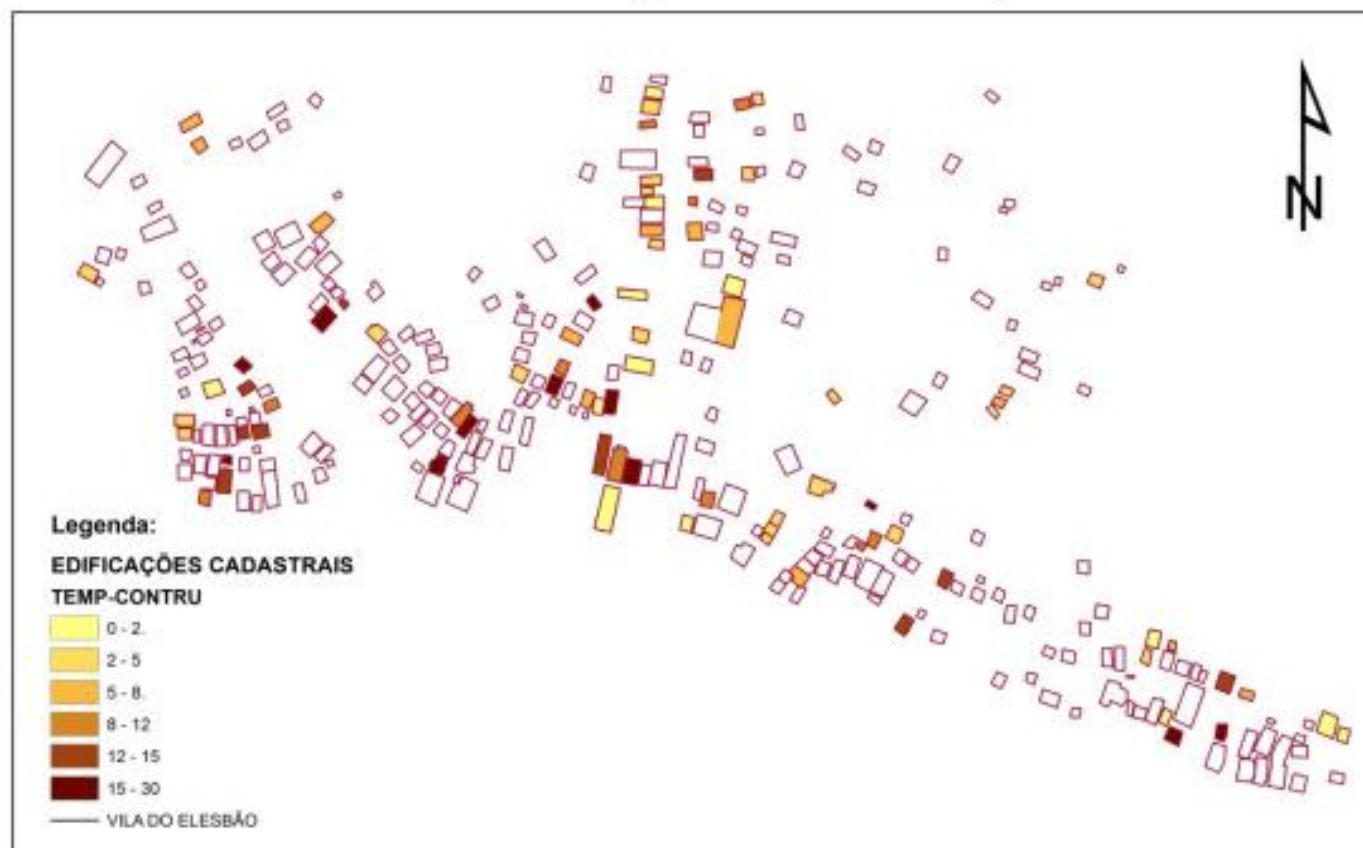


Figura 17- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial do tempo de construção na Vila do Elesbão. Fonte: elaborado pela autora, 2013.

## ESTRUTURA DAS VEDAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES

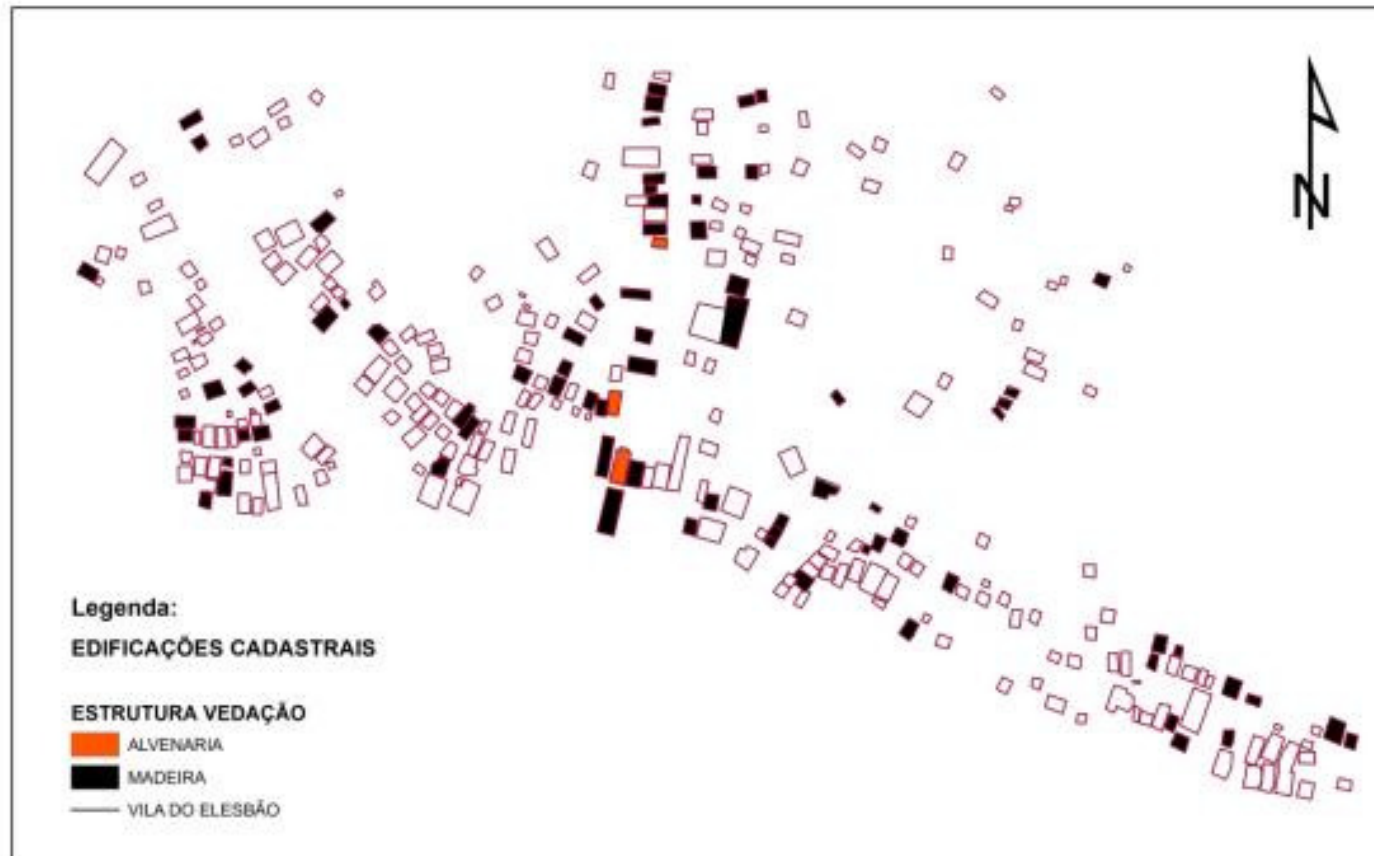


Figura 18- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição do tipo de acabamento da vedação utilizado na Vila do Elesbão.  
Fonte: elaborado pela autora, 2013.

## CAIMENTO DOS TELHADOS DAS EDIFICAÇÕES

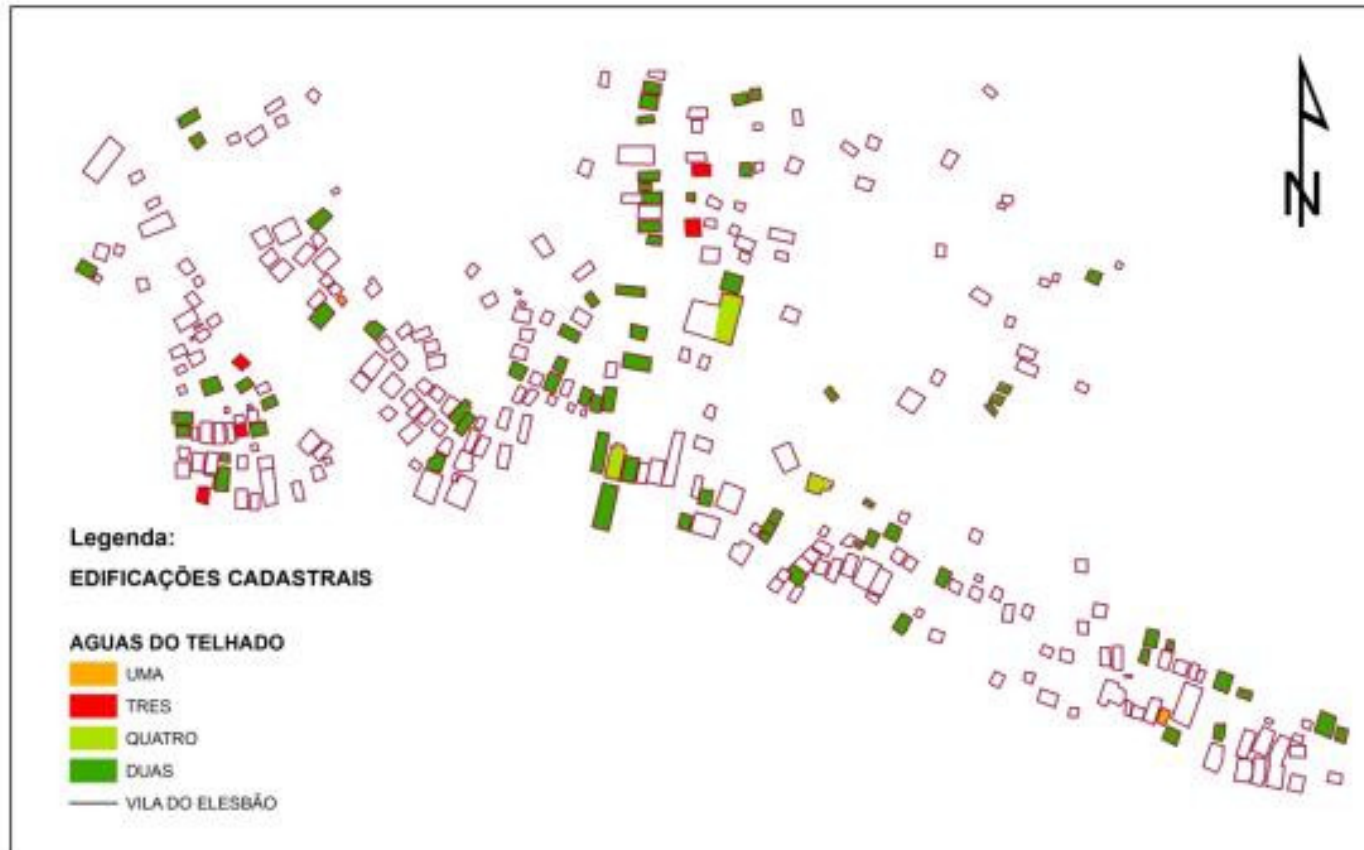


Figura 19- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial do tipo de caimento do telhado. Fonte: elaborado pela autora, 2013.

O sentido de adoção das ripas na fachada constituiu-se em uma das variáveis derivadas da metodologia de Carter & Cromley (2005). A análise do acabamento da fachada, a partir da vista das fotos e dos croquis das fachadas, demonstrou que na área central das ocupações urbana predominaram as ripas horizontais como solução de vedação (Figura 23). Nos extremos Leste e Oeste, tem-se a adoção típica descrita por Weimer (2005) do padrão vertical. Tal comportamento encontrado ao longo do levantamento de campo ressaltou-se por ser característica vernacular atípica, diferenciando o modelo Elesbão do contexto encontrado por Weimer (2005). O jogo das texturas resulta da incidência da luz solar, permitindo explorar diferenciações que individualizam cada edificação.



Figura 20-Exemplificação de tipologia de casa do tipo 0 com ripas de sentido vertical e com caimento lateral do telhado, acesso indireto a passarela principal. Fonte: IPHAN, 2009



Figura 21-Exemplificação de tipologia de casa do tipo com ripas de sentido horizontal e com caimento lateral do telhado, acesso direto a passarela principal Fonte: IPHAN, 2009

De igual modo, a variável “adoção de varandas” foi captada pela vista da fachada (croqui) e foto da edificação, em que observou-se resultado típico de Weimer (2005), com a presença de algumas varandas nas edificações. Houve uma maior incidência desse resultado no núcleo central, com um pequeno grupo de construções também no lado Leste da ocupação urbana, mesmo que com considerável de dispersão (Figura 24) A varanda, solução consagrada para proteger o acesso e facilitar a ventilação interna em clima chuvoso, suaviza a relação interior/exterior e trabalha no sentido de desfazer a solidez da volumetria edificada.



Figura 22-Exemplificação de tipologia de casa do tipo com ripas de sentido horizontal, uso de varanda e com caimento lateral do telhado Fonte: IPHAN, 2009

## SENTIDO DA RIPA DAS EDIFICAÇÕES



Figura 23- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial sentido de instalação das ripas de revestimento externo das paredes.  
Fonte: elaborado pela autora, 2013.

## VARANDA NAS EDIFICAÇÕES

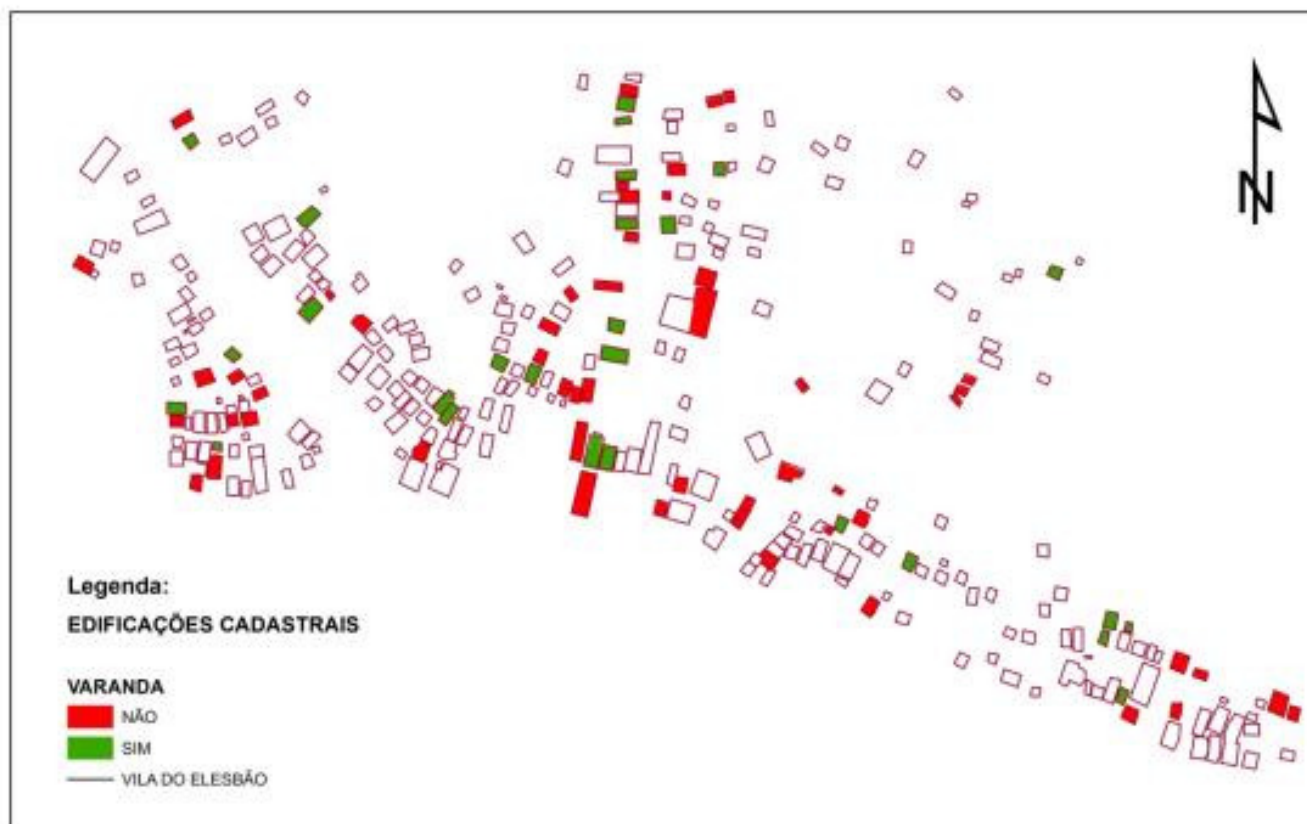


Figura 24- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da existência ou não de varanda na edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

O uso de alpendres, incomum na arquitetura vernacular de Weimer(2005) e, assim como os sentidos das ripas, apresentaram resultados que divergiram do esperado. A distribuição espacial (Figura 26) dessa características mostrou-se mais dispersa que o uso de varandas, com predomínio na área central do conjunto. Em dimensões reduzidas, garante o mínimo de proteção para o conforto do acesso em condições de sol e chuva intensos, mas atua também como um pórtico que amplia/enfatiza a ligação interior/exterior distinguindo a porta, elemento notável da composição de fachada.



Figura 25-Exemplificação de tipologia de casa do tipo com ripas de sentido horizontal, uso de alpendre e com caimento lateral do telhado Fonte: IPHAN, 2009

A inspiração para a criação da categoria “presença de vãos” foi obtida a partir da análise dos casos de influência africanas de Weimer (2005), onde a posição da janela e das portas de frente para a fachada das edificações refletiram uma organização e planta típica. Assim, conforme exemplificado por Weimer (2005), a composição de fachada para o caso da arquitetura ribeirinha amazonense mantém a direita a porta e a esquerda a janela, não possuindo um número de vãos superior a três, dada a simplicidade da tipologia. A análise da Vila Elesbão (Figura 27) possibilitou auferir que o número de vãos acompanha este padrão, sendo predominantes a quantidade de dois vãos. Com a evolução urbana da área, observou-se uma tendência para o aumento do número de vãos para três nas extremidades da ocupação urbana, indicando uma melhora nas edificações. Apesar disso a variável se mostra dispersa e não homogênea na área.

## ALPENDRE NAS EDIFICAÇÕES

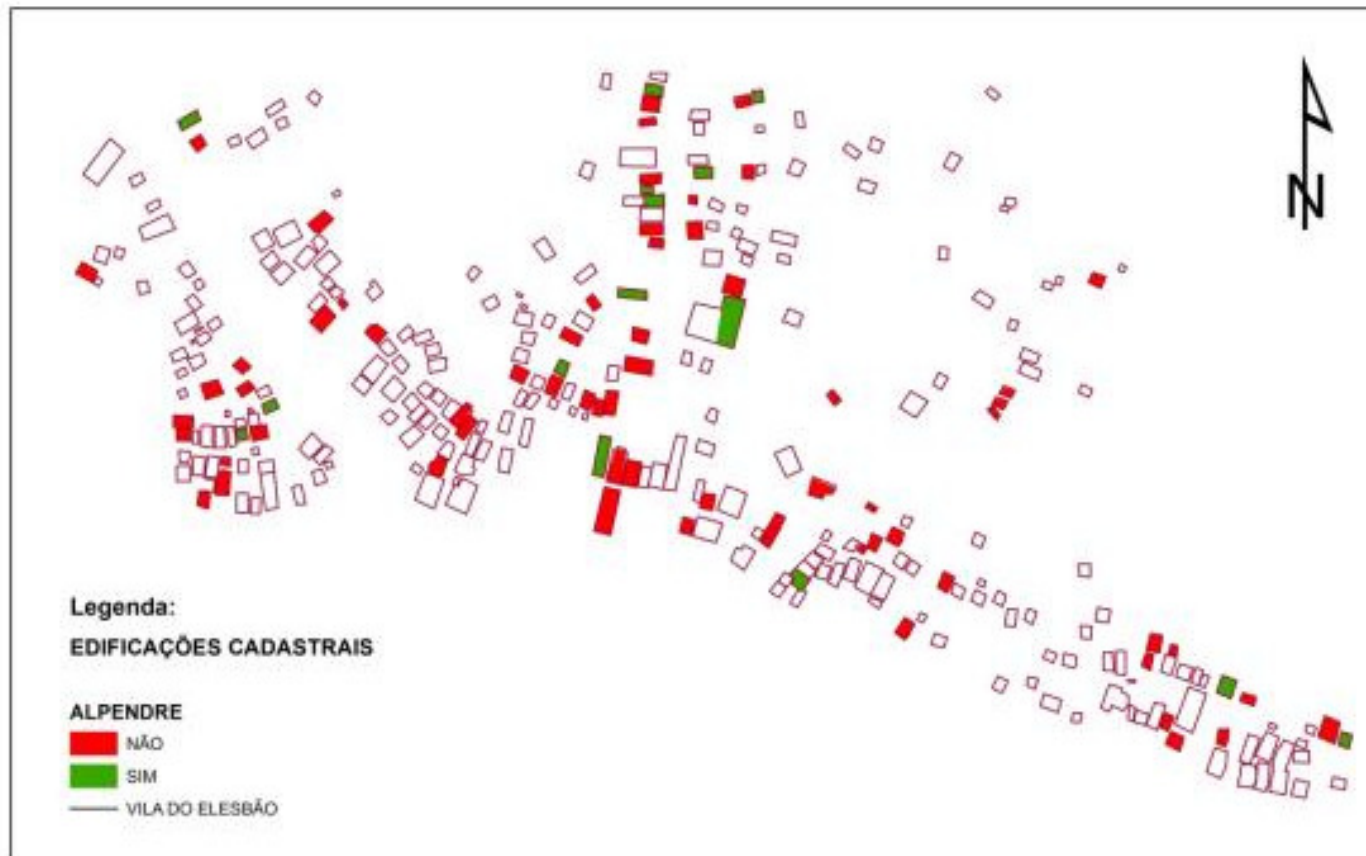


Figura 26- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da existência ou não de alpendre na edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## VAOS NAS EDIFICAÇÕES

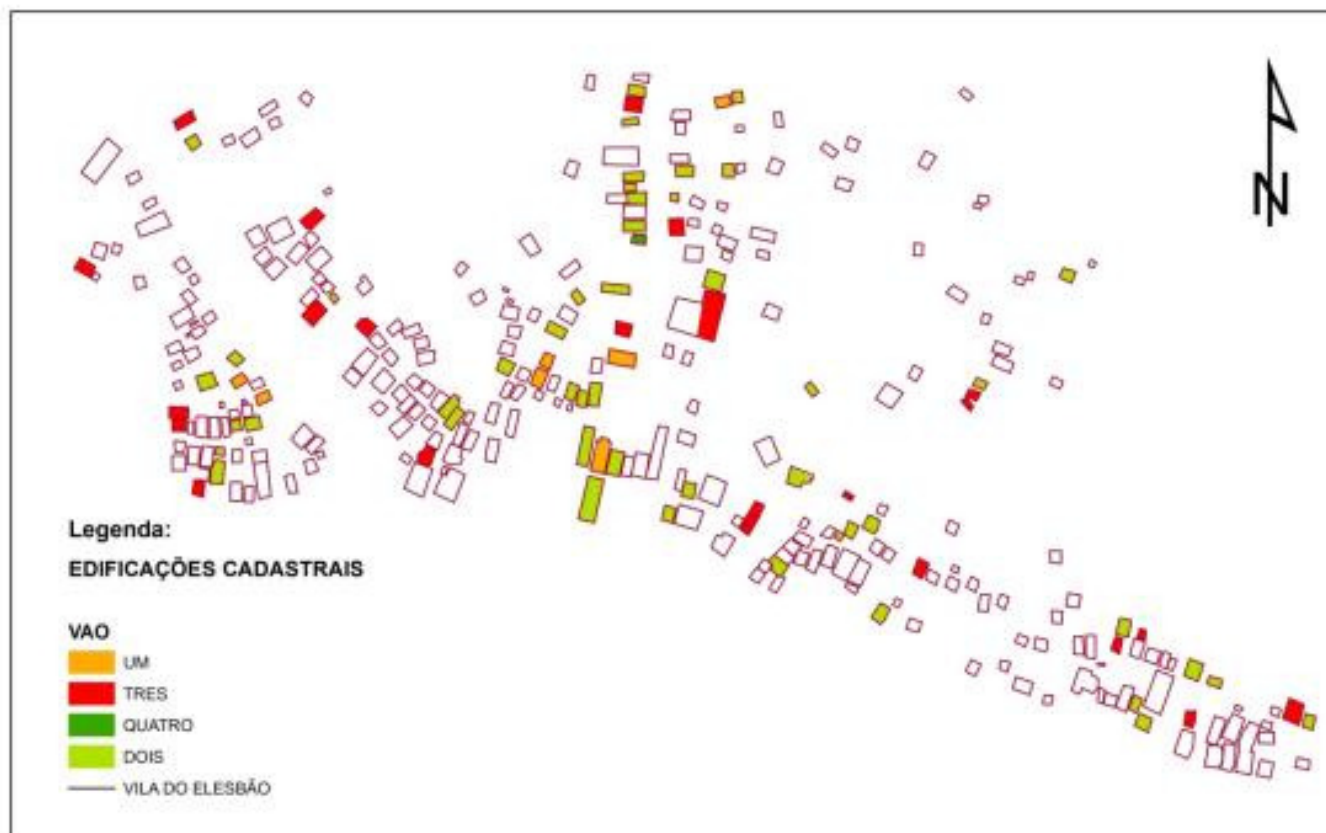


Figura 27- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial do número de vãos da fachada principal. Fonte: elaborado pela autora, 2013

As fotografias e croquis das fachadas também possibilitaram avaliar a disposição das janelas na fachada. Ao cruzar as informações concernentes a essa variável com dados da evolução urbana das edificações, detectou-se (Figura 28) uma predominância nas partes mais antigas da vila da janela posicionada a esquerda, enquanto que nas novas áreas à direita, variação simples do vocabulário vernacular que garante a especificidade de cada unidade e respeita a linguagem compartilhada.

Relativo a disposição das portas na fachada, apesar da busca por um possível padrão, com base na distribuição espacial dos dados, não foi possível captar uma homogeneidade nas análises. (Figura 29) O único fato possivelmente recorrente foi a presença da porta à esquerda nos estaleiros. Talvez se possa neste elemento de composição ressaltar aquele que melhor caracteriza a individualidade do morador.

Quanto ao número de quartos (Figura 30), identificou-se que esses acompanharam a evolução urbana das edificações, em que construções mais antigas exibiram uma quantidade maior de cômodos quando compara às mais recentes. Comportamento que possivelmente foi reflexo de um acréscimo de cômodos a tipologia básica. A maior parte das edificações possui dois ou três quartos, excetuando-se as edificações localizadas no núcleo central, onde não houve essa característica hegemônica. Uma possível explicação para o montante de quartos reside no hábito frequente da utilização de redes no ambiente da sala, e/ou utilização de ambientes de uso misto (comercial e residencial).

## JANELAS NAS EDIFICAÇÕES



Figura 28- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da posição da janela frente a fachada principal da edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## PORTAS NAS EDIFICAÇÕES



Figura 29- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da posição da porta frente a fachada principal da edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## QUARTOS NAS EDIFICAÇÕES

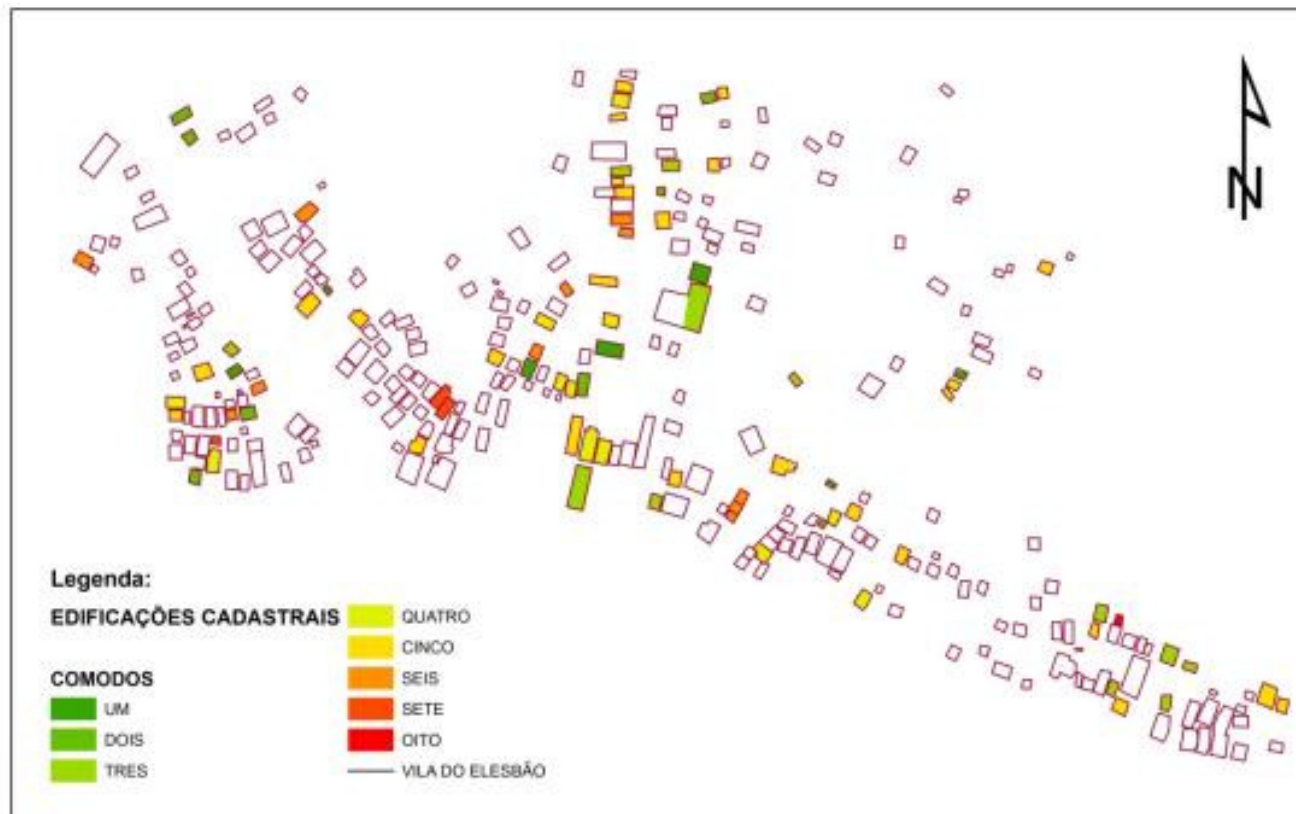


Figura 30- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da das edificações conforme número de quartos possui. Fonte: elaborado pela autora, 2013

A presença ou não de palafitas foi elencada por Weimer (2005) como característica essencial para diferenciação da arquitetura vernacular das demais tipologias. As edificações com ausência de palafitas (Figura 32) estavam localizadas, em geral, dentro da área de acesso de via terrestre e concentradas no núcleo central da Vila, ambiente no qual construções estão menos sujeitas ao efeito das águas. Este elemento, ainda que respeitando os casos anômalos, diferencia o conjunto e dá a ele sua nota característica mais notável: a leveza e a transparência na paisagem.



Figura 31-Exemplificação de tipologia de casa em palafita sobre o Rio Amazonas, na Vila do Elesbão, com acesso indireto e varanda, caimento lateral da cobertura. Fonte: IPHAN, 2009

O tipo de acesso das edificações também foi abordado na pesquisa. No levantamento de campo identificou-se que, enquanto os acessos das vilas estão condicionados a posição das palafitas/rua, de maneira que as edificações mais antigas já têm a estrutura consolidada e acesso direto, as edificações mais novas tem acesso indireto, o que introduz um elemento de riqueza espacial nas relações público-privadas do conjunto. (Figura 33).

## PALAFITAS NAS EDIFICAÇÕES

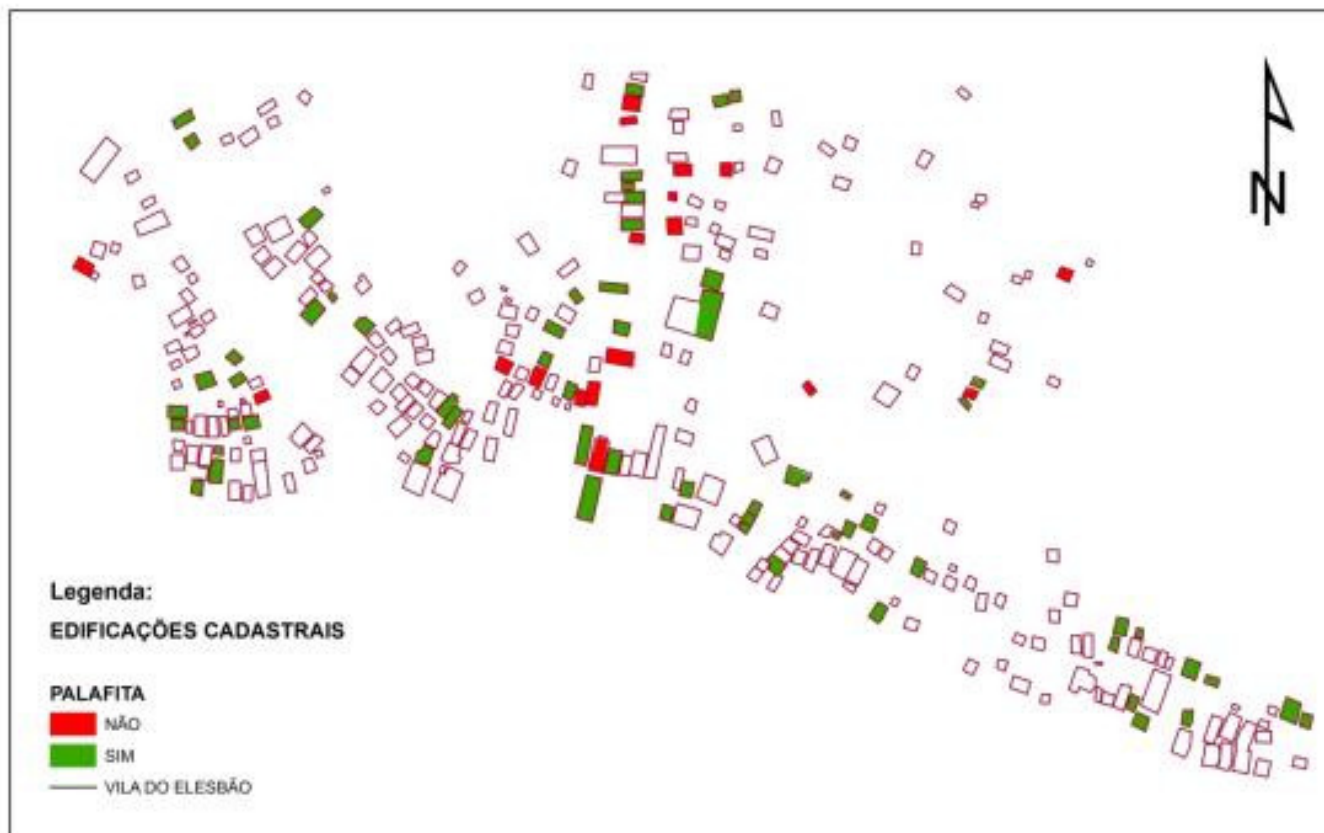


Figura 32- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial do tipo de ocupação em palafita ou não. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## ACESSO A RUA/PASSARELA DAS EDIFICAÇÕES

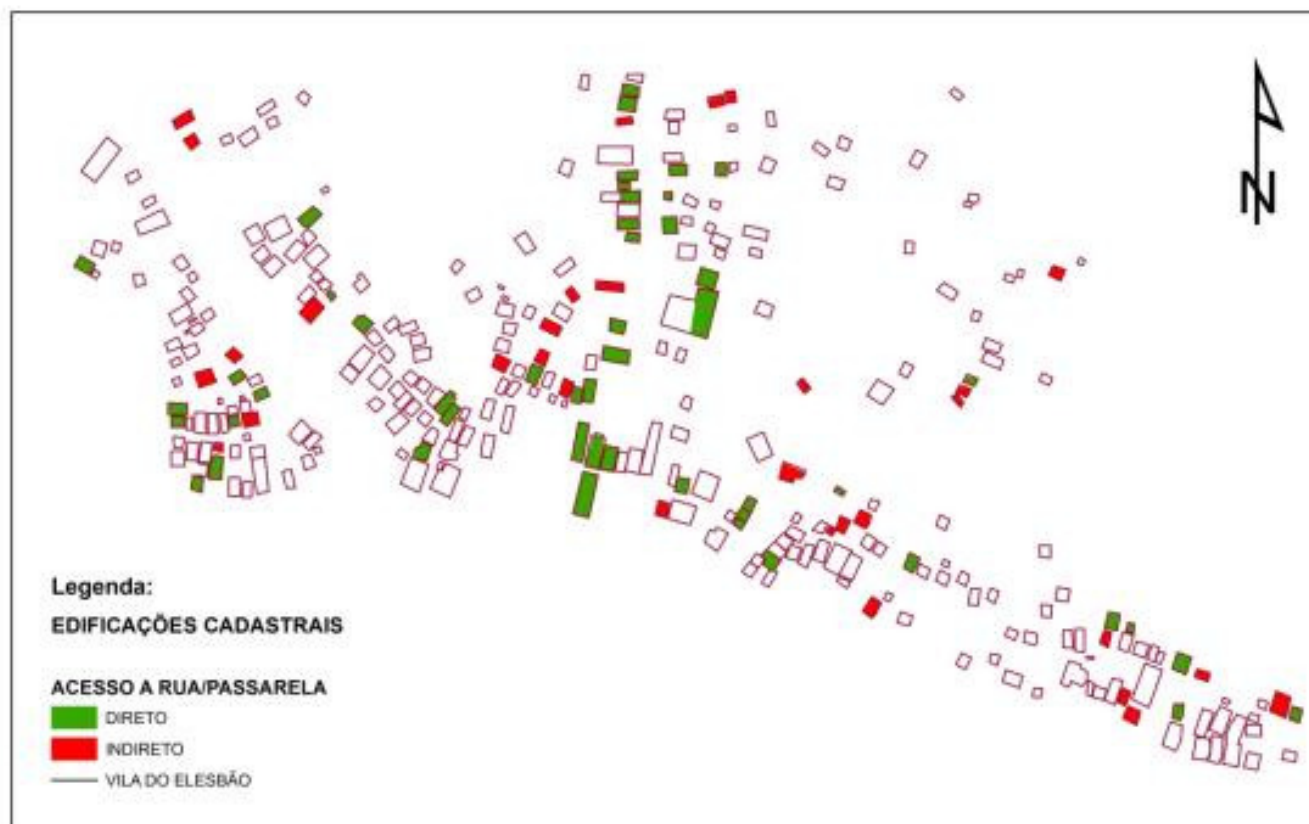


Figura 33- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial tipo de acesso realizado, se da rua ou palafita (direto), ou por outros caminhamentos (indireto). Fonte: elaborado pela autora, 2013

A ausência de divisão interna, foi concentrada no núcleo central, na área da via de acesso terrestre, mas ainda assim, em número pouco expressivo. (Figura 34)

A quantidade de pavimentos foi obtida por meio da observação das fachadas, buscando-se detectar a tendência de adensamento da área. A maior parte das edificações (Figura 35) possui apenas um pavimento, com uma pequena tendência a verticalização na área central, onde se dá o final da via de acesso terrestre, a sul do agrupamento da vila, esboçando-se uma convergência entre a centralidade do acesso e a volumetria que atuam no sentido de se reforçarem mutuamente.

A variável “área de serviço” buscou averiguar a presença de uma segunda área molhada, o que poderia significar a adaptação do estilo de vida ribeirinho ao estilo de vida moderno. A avaliação da presença de banheiro foi inferida pela presença dos termos “banho”, “banheiro” ou “instalação sanitária” nas fichas do IPHAN, onde considerou-se todos os termos equivalentes (Figura 36). Apesar de ter se detectado edificações mais recentes com áreas de serviço, a maior parte das edificações não apresentaram instalação sanitária, apesar de que sendo as regiões mais antigas observou-se predomínio da utilização do sistema de saneamento básico rústico de fossa, sem ligação com sistemas públicos. (Figura 37)

## DIVISÃO INTERNA DAS EDIFICAÇÕES

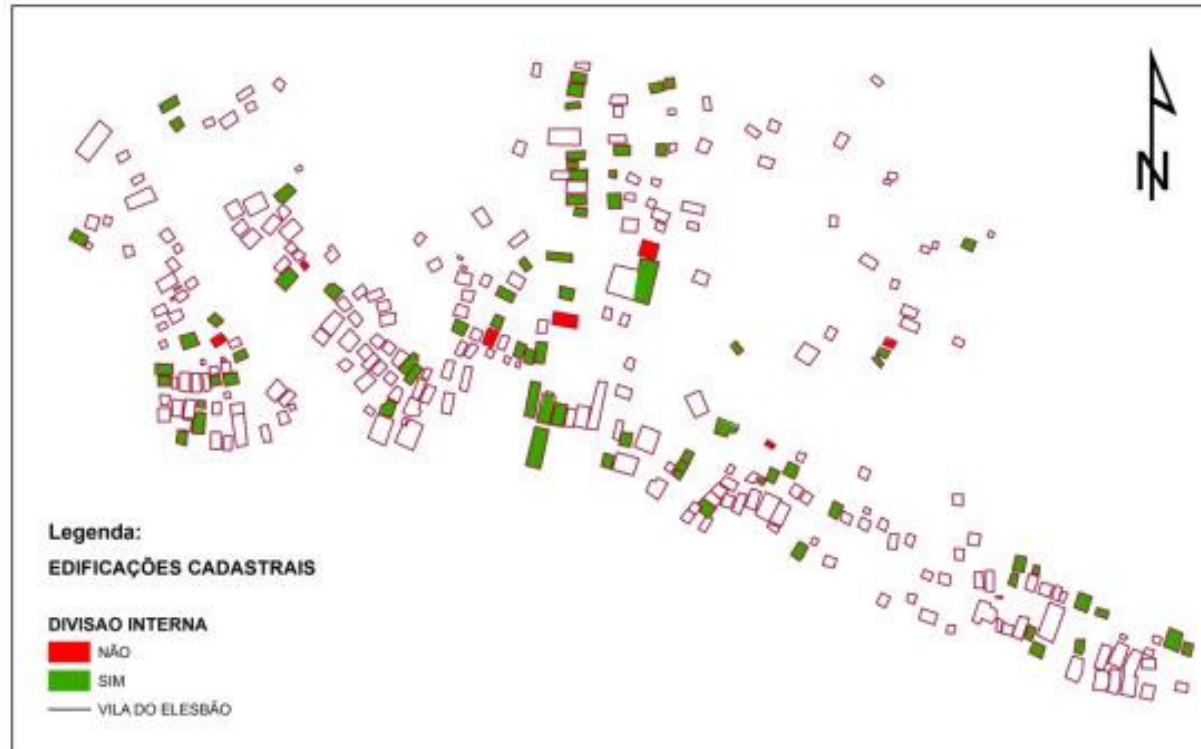


Figura 34- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial do tipo de edificação quanto a existência ou não de divisão interna para formar cômodos. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## NÚMERO DE PAVIMENTOS NAS EDIFICAÇÕES

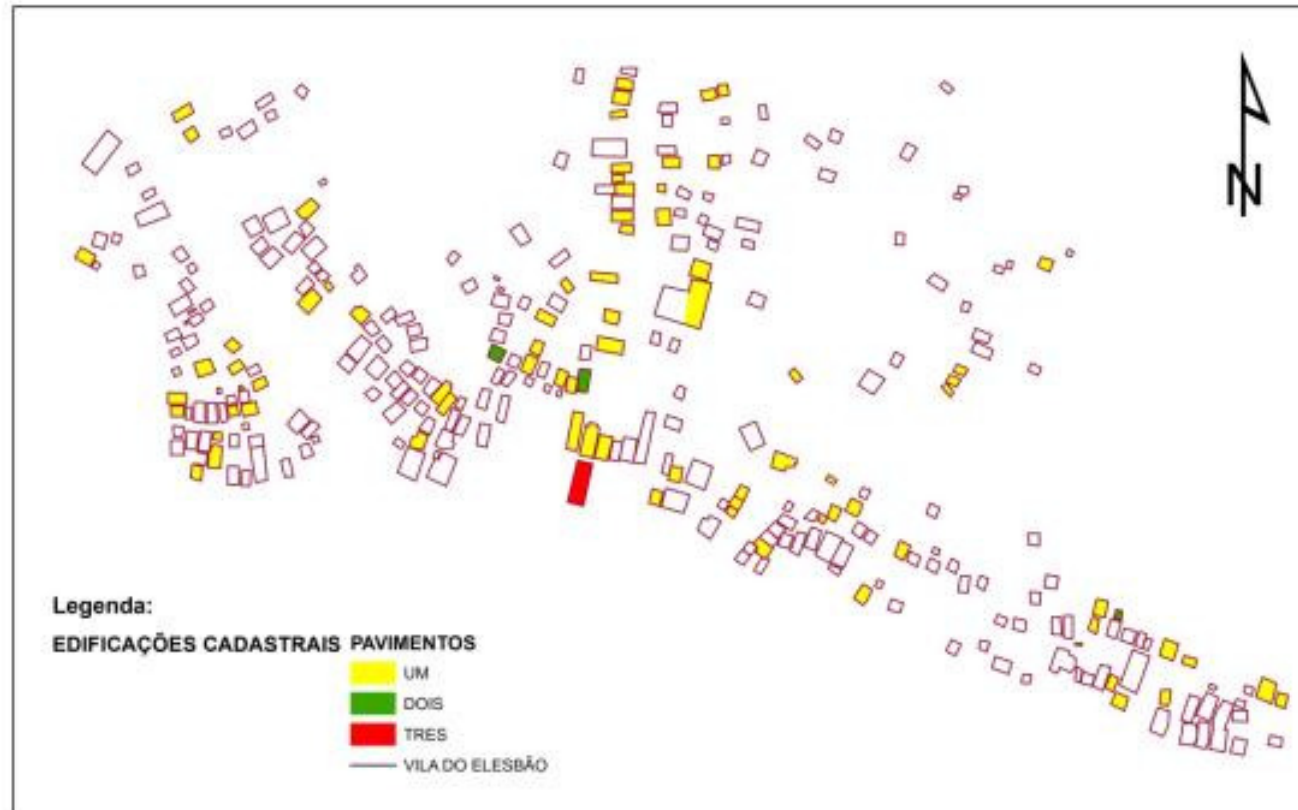


Figura 35- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial quanto a quantidade de pavimentos da edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## ÁREA DE SERVIÇO NAS EDIFICAÇÕES

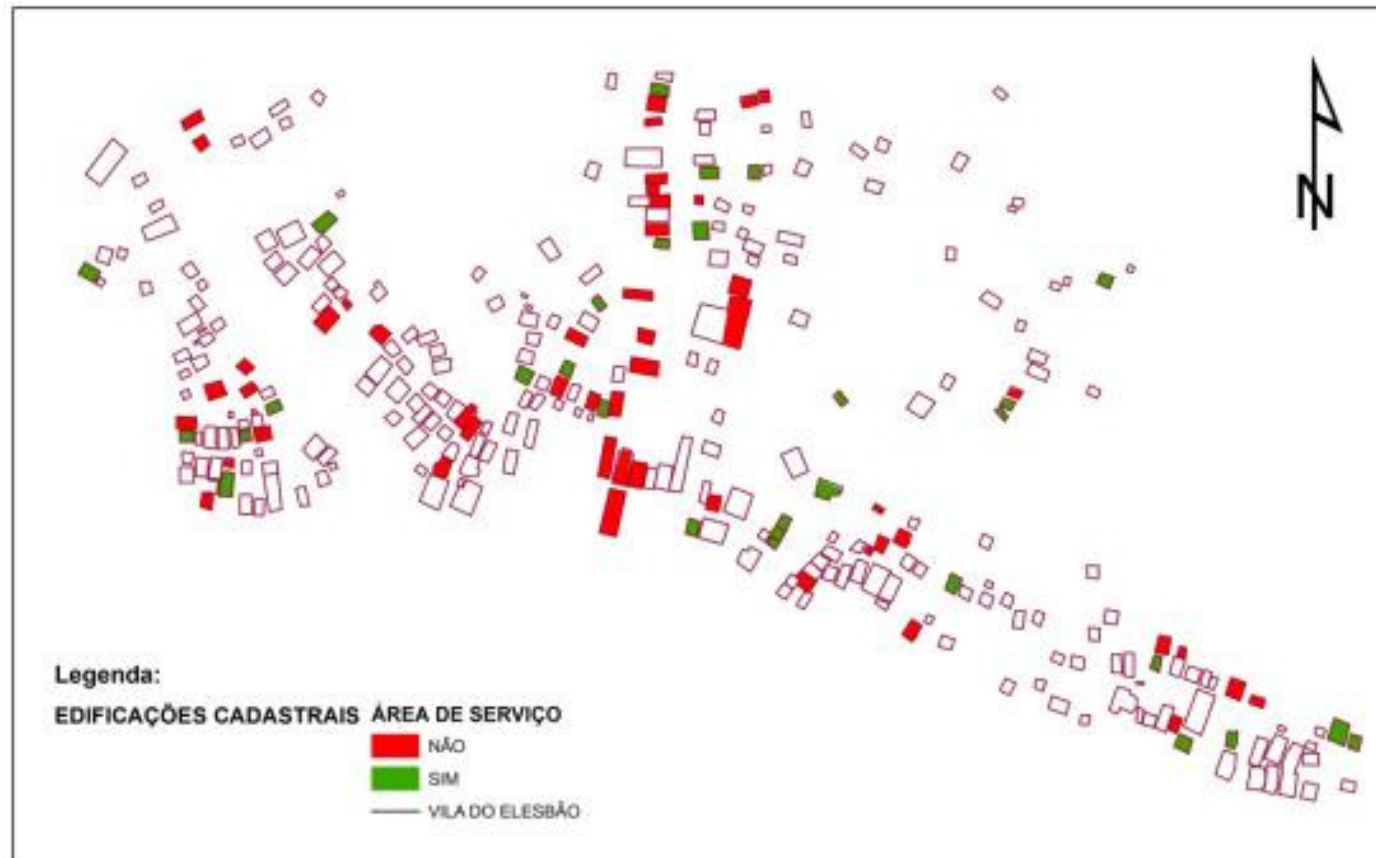


Figura 36- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da presença de área de serviço ou não na edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## INSTALAÇÃO SANITÁRIA NAS EDIFICAÇÕES

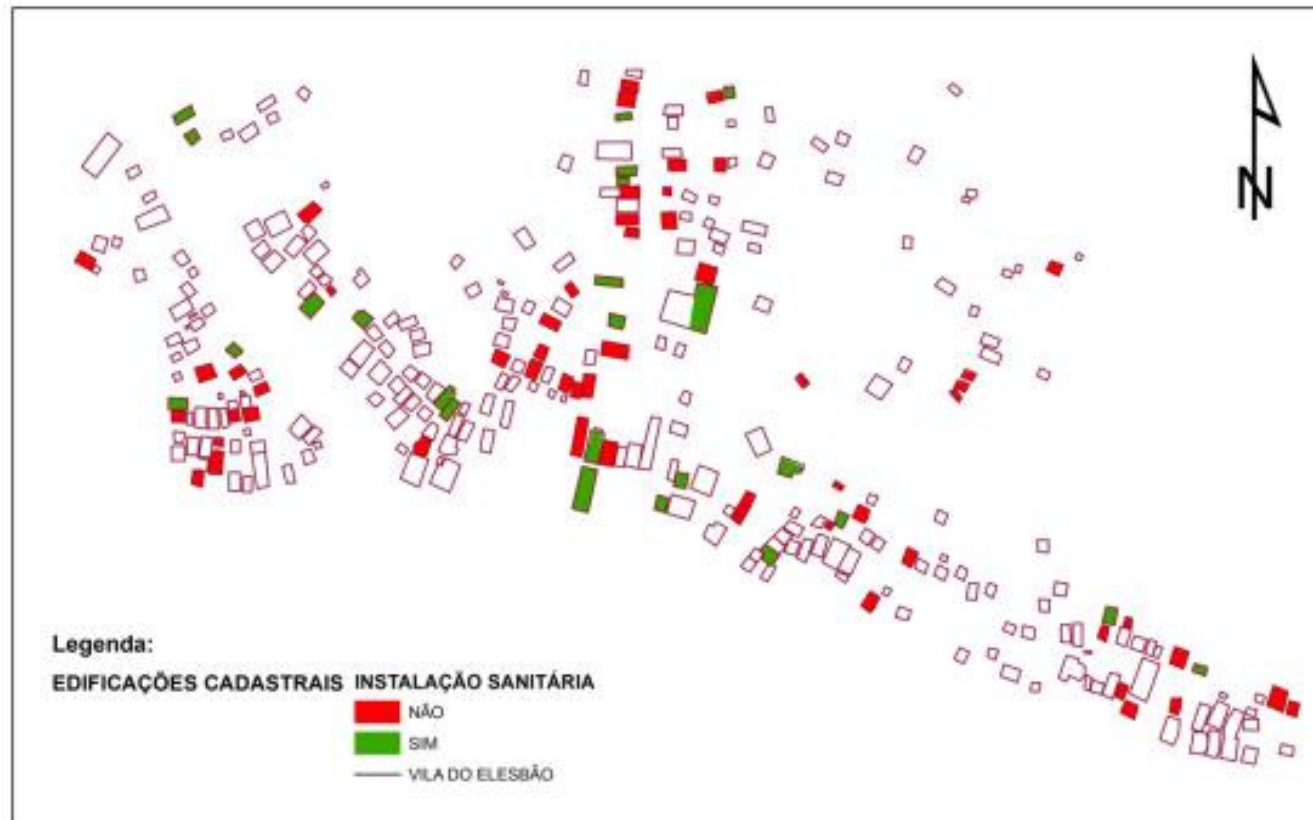


Figura 37- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da presença de instalações sanitárias ou não na edificação. Fonte: elaborado pela autora, 2013

Na análise morfológica dos croquis das plantas levantadas a partir das fichas do IPHAN, encontrou-se similitudes entre a distribuição interna das paredes. As tipologias foram classificadas em quatro tipos, quais sejam o tipo 0, IRR(irregular), RET(retangular) ou Z.

- Tipo 0: representa edificações sem divisão interna;
- RET - construções com distribuição quadrangular da setorização;



Figura 38 - Exemplificação de tipologia de casa do tipo RET. Fonte: IPHAN, 2009

- IRR, edificações que possuem distribuição retangular, sem que haja porem relações arquitetônicas harmoniosas entre os cômodos;

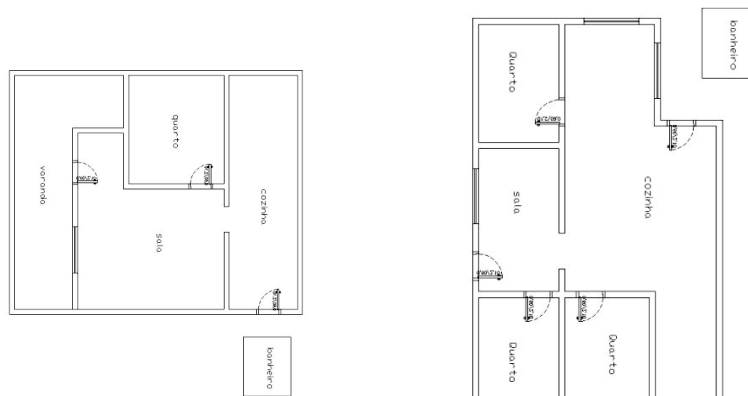


Figura 39-Exemplificação de tipologia de casa do tipo IRR. Fonte: IPHAN, 2009

- Tipo Z: Representado na figura 39, pode ser considerado o tipo mais harmonioso de distribuição quadrangular das áreas, possuindo distinção pela elegância em planta e pela diferenciação das paredes dada pelo chanfro.



Figura 40-Exemplificação de tipologia de casa do tipo Z. Fonte: IPHAN, 2009

O mapa constante na figura 39 demonstra que o tipo Z, mais singular do ponto de vista arquitetônico, possui representação apenas nas extremidades próximas aos estaleiros. O tipo 1, sem divisão interna, por sua vez, está concentrado na via terrestre de acesso a vila. Quanto à frequência, a maioria das edificações exibiram o tipo retangular, enquanto o menos encontrado foi o irregular.

A maioria das edificações do tipo Z, possuem guarda corpo. O guarda corpo das edificações exibiram diferenciações da tipologia de Weimer (2005) pelo traçado e arranjo da maneira em trabalhos de marcenaria formando quadrados, espinhas de peixe, círculos, etc. A maior parte das edificações, contudo, não apresentam guarda corpo. As que o exibiram encontraram-se geograficamente distribuídas na área central de acesso via terrestre da vila, enriquecendo também por este motivo uma área já destacada por sua localização.

## TIPOLOGIA NAS EDIFICAÇÕES

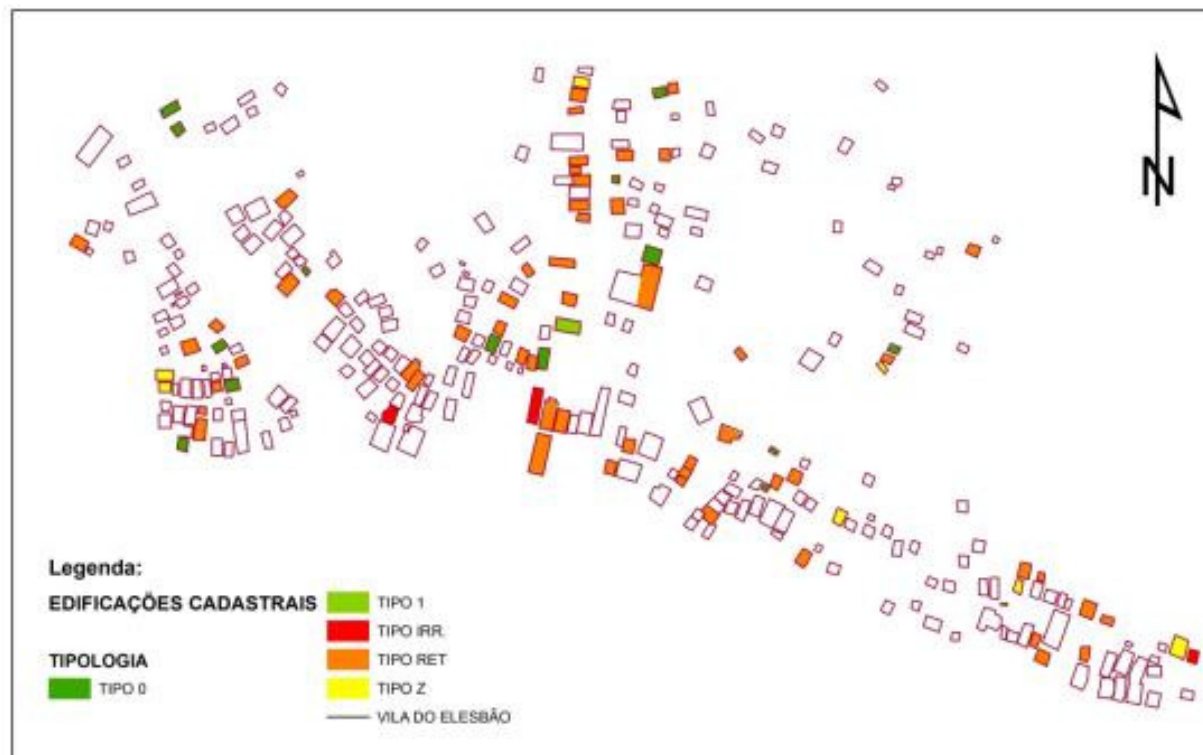


Figura 41- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial quanto a classificação tipológica em 1, IRR, RET ou Z. Fonte: elaborado pela autora, 2013

## GUARDA CORPO TRABALHADO NAS EDIFICAÇÕES

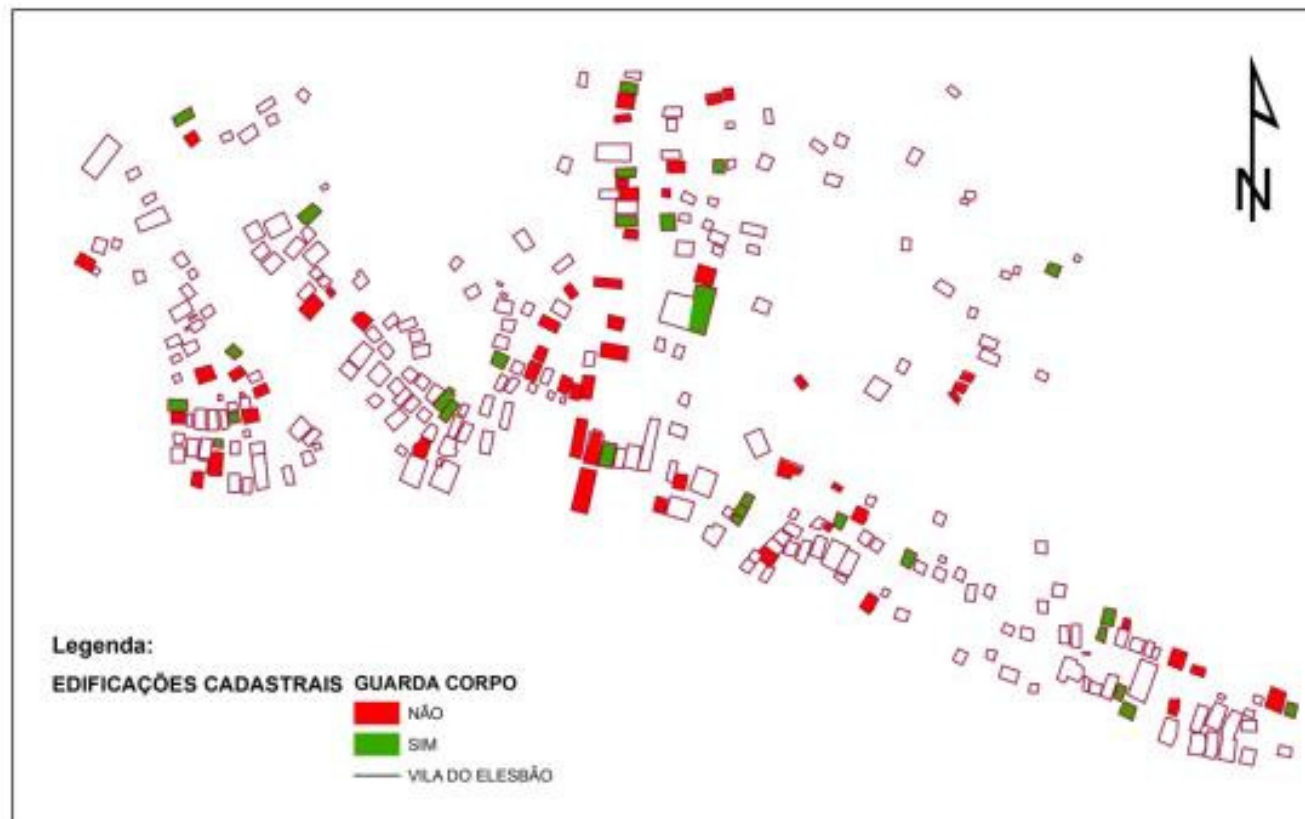


Figura 42- Mapa de distribuição das edificações levantadas conforme distribuição espacial da presença na edificação de guarda-corpo ou não. Fonte: elaborado pela autora, 2013



Figura 43-Exemplificação de tipologia de guarda-corpos diferenciados aplicado nas varandas. Fonte: IPHAN, 2009

#### 4.1 Resultados

A análise metodológica possibilitou que algumas conclusões relevantes fossem traçadas, dentre as quais destacam-se o tempo de construção das edificações e como a localização geográfica do grupamento influenciou na morfologia da edificação. As edificações mais antigas possuem maior simplicidade nas características de fachada e utilização de materiais (duas águas, ripas verticais), mas possuem melhor evolução de planta (maior número de cômodos): características mais próximas do modelo de arquitetura ribeirinha proposto por Weimer (2005).

As edificações próximas aos estaleiros sofreram maiores influências de alteração das características típicas da fachada, estando com guarda corpos decorados, alpendres e varandas. Edificações que não se explicitaram nem como mais antigas, nem as mais recentes, mas que apresentaram a capacidade de evolução de sua arquitetura frente a arquitetura ribeirinha comum, possuem traços vernaculares diferenciados, de certa excepcionalidade: fato que demonstra a apropriação da técnica construtiva, mas adoção de partidos e justificativas próprias.

A medida que edificações se aproximam da terra, acabam por perder as características ribeirinhas, seja pela não adoção de palafitas ou pela ausência de divisão interna (muitas vezes resultado da adoção de atividades comerciais). Ainda nesse sentido, observou-se nessa categoria um aumento no número de pavimentos, fruto da influência de outros modos de construir (adoção de alvenaria).

## 5 DISCUSSÕES FINAIS

A arquitetura vernacular, que aparentemente poderia ser considerada como uma arquitetura que carrega traços que simulam um senso comum e não carrega excepcionalidade, ao ser analisada mais a fundo, demonstra sua capacidade de transportar para o futuro, em si, relevância cultural de suas heranças. Contudo, observa-se recorrentemente o tratamento da arquitetura vernacular como arquetípica, simbólica, mítica, reconhecendo os espaços apenas como geométrico, reduzindo tal tema em razões epistemológicas e metodológicas.

Ao contrário da arquitetura vernacular, o patrimônio cultural e a sua decorrente necessidade de preservar/conservar é voltado sempre para aquilo de mais singular que o objeto de patrimonialização pode oferecer. Essa corrente dita valores do porquê se preservar, vislumbrando, pelo menos em discurso, transportar heranças presentes para o futuro, sem se ter certeza de que as intenções são cumpridas.

A relevância de aspectos subjetivos para apreensão do lugar da arquitetura vernácula, advém do campo da arquitetura pura aplicada, da apreensão da forma, função e estrutura; onde o saber do arquiteto é colocado como primordial para seu entendimento, mesmo que este não tenha participado de sua produção. Para além dessa análise de variáveis, encontrou-se a interpretação do mapeamento destas características espacialmente, a abordagem urbana da arquitetura, que dá noções morfológicas da arquitetura vernacular como algo construído por uma comunidade.

A Vila do Elesbão se insere em termos de condicionantes que podem o caracterizar como um “lugar”, ao que, condicionando a interpretação da Arquitetura Vernácula retoma o conceito criado pelo autor Norberg-Schulz (1980), que afirma que a existência do ser é por si “espacial”. Frente os conceitos básicos do espaço necessários para se orientar no mundo, observa-se que a maioria dos estudos sobre o espaço arquitetônico vem sendo afetada por imprecisas definições conceituais e a omissão da estrutura chave do que nomeou de espaço existencial. Depreende-se que a arquitetura tal qual hoje se analisa, engloba apenas edificações e não pessoas. Os objetos arquitetônicos são um sistema de imagens perceptivas dotado de uma forma espacial constante desde o primeiro até o fim de seus deslocamentos

sucessivos, constituindo-se um elemento que pode ser solto no “desdobramento causal” dos seres no tempo.

Norberg-Shulz (1980), diante da apreensão do espaço existencial, classifica-os em níveis, destacando o nível urbano relacionado à ocupação humana extremamente antropomorfizada. Ora, tal ambiente distingue-se na aérea do patrimônio cultural do ambiente construído em oposição ao ambiente natural. Norberg-Shulz (1980) cita que “No nível urbano encontramos muitas vezes estruturas determinadas por atividades próprias do homem, isto é, por sua interação com ambiente ‘obra do homem’. Neste nível, por consequência, a forma básica é o que poderia ser chamado de “nosso lugar”. O nosso lugar, no contexto do Elesbão é a leitura do comum, do que permeia toda a comunidade, que pelo desdobramento causal no tempo implantou a conservação das referências culturais vinculadas a atividade de marcenaria voltada para fabricação de embarcações. Conclui-se que a arquitetura do eu, a obra do homem, é reflexo do coletivo conservado.

Retoma-se, portanto, os questionamentos norteadores desta dissertação, que visa identificar os processos de conservação/ preservação, mesmo não existindo em forma de atuação direta na arquitetura vernacular. Observa-se ainda que as transformações e a pressão do novo oprimem a última chama do espaço existencial, interferindo da maneira direta na “sobrevivência” desses “eus”.

Norberg-Shulz (1980) reflete sobre a estrutura urbana interior que é um complexo resultado de funções individuais e sociais que o lugar possa vir a apresentar. Portanto, mostra-se oportuno questionar se o lugar da arquitetura vernacular, não seria a estrutura das residências também reflexo de funções individuais e sociais que ainda sobrevivem.

Quando a existência primeira da arquitetura vernacular, esta necessariamente se dá sentido e significado na paisagem urbana, tornando-se diferenciada das demais por meio da identificação deste lugar, conferindo-lhe autenticidade. Os aspectos antropológicos são relevantes, mas considerando o espírito do lugar, observa-se que o cerne da arquitetura vernacular está inserido em uma dimensão de coletividade histórica, que não apreende uma geração ou duas, mas transcende a própria civilização contemporânea. A arquitetura vernacular, destarte, é arquitetura sem época, mas arquitetura dos descendentes.

Por meio da espacialização dos dados se obteve parâmetros comparativos que consideram a relevância do caráter excepcional estilístico e epistemológico da arquitetura vernacular. Com relação aos instrumentos de preservação, ressalta-se a possibilidade de uma interface que preserve a abrangência atual com novas formas de visão do patrimônio cultural, de maneira a se ter continuidade e valorização, possibilitando que as políticas públicas atuais antevejam possíveis necessidades futuras, captando não obstante a linguagem vernacular compartilhada.

Ao analisarmos a falência das políticas de preservação no amplo aspecto da preservação apenas da aquilo que é essencialmente excepcional, Lapa (2011, p.21) destaca que a

Vida e morte estão no centro das questões éticas. Segundo os psicanalistas, o desejo de matar está presente em cada um de nós. É necessário apelar para o superego e aos valores morais para desenvolver um comportamento ético que nos permite ver outros seres humanos não como objetos, mas como nossos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes.

Diante da importância da arquitetura vernácula, destaca-se a importância da reflexão sobre a Vila do Elesbão, em termos de sua conservação enquanto bem cultural. Contudo, ao se considerar questões norteadoras da construção do bem cultural, deve-se atentar aos problemas de gestão de uma chancela da paisagem cultural, tais como as dificuldades enfrentadas quanto à manutenção dos ofícios de carpintaria naval, socialmente fragilizados pela atuação do Ministério do Trabalho.

Conforme Carta de Bagé, a paisagem cultural é

objeto das mesmas operações de intervenção e preservação que recaem sobre todos os bens culturais. Operações como as de identificação, proteção, inventário, registro, documentação, manutenção, conservação, restauração, recuperação, renovação, revitalização, restituição, valorização, divulgação, administração, uso, planejamento e outros;

A sustentabilidade da arquitetura vernacular, pode passar pela chancela da paisagem cultural, mas como se observa nesse caso, tal proposição deve ser confluyente com uma política de preservação ampla, e não apenas localizada

Tal qual define a Carta de Burra, quanto às implicações legais da busca pela conservação deve se ter “medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação”, o que até o presente momento, não se tem nenhuma iniciativa para tal.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia, et alii. **A cidade do pensamento único**. Editora Vozes. 2000.
- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade: Cidade ideal e cidade real**. São Paulo. Editora Martins Fontes, , 2005.
- ANDRADE, L.T., et alii. **Metrópole: Território, sociedade e política** : o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte . Belo Horizonte. Observatório das Metrópoles, 2009.
- BAPTISTA, Maria Elisa. **Fronteiras Urbanas Contemporâneas**. Belo Horizonte: 2000.
- BARDA, Marisa. **A importância da arquitetura vernacular e dos traçados históricos para a cidade contemporânea**. São Paulo, 2007. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado: Uma introdução a arqueologia**. Editora Paka-Tuutu. Belem, 2010.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social**. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo Estação Liberdade, 2004.
- CARDOSO, Joaquim. *Arquitetura Rural*. IN: RODRIGUES, José Wash e outros. **Arquitetura Civil I**. São Paulo: IPHAN. 1975
- CARTER, Thomas; CROMLEY, Elizabeth Collins. **Invitation to Vernacular Architecture – A guide to the study of Ordinary Buildings and Landscapes**. The University of Tennessee Press. Knoxville, 2005.
- CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Preservar para conhecer**. P. 56-74 In: CARVALHO, C. et alii (org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural - Conceitos, políticas, instrumentos**. Belo Horizonte. Editora Annablume. IEDS. 1ª Edição., 2009.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopia e realidades de uma antologia**; São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.
- DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo : Editora Pini, 1990.
- CASTRIOTA, Leonardo. **Urbanização Brasileira**. Belo Horizonte Editora Arte 2003.

FARAH, Marta F. S. **Processo de trabalho na construção habitacional**: Tradição e Mudança. São Paulo. Ed. Annablume/Fapesp, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba Ed. Positivo. 8ªa ed. 2010.

GUIMARAENS, Cêça. **A cultura no sentido imaterial**. P.101-108 In: CARVALHO, C. et alli (org.) . *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008

HÁBRAKEN, N.J. **The structure of the ordinary: form and control in the built environment**. Mit Press, 1998.

ICOMOS. **Carta sobre o patrimônio construído vernáculo. 1999**. On line. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-sobre-o-patrimonio-construido-vernaculo.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2011.

ICOMOS. **Carta de Burra. 1980** On line. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Burra\\_1980.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf)>. Acesso em: 21 de abril de 2011.

IPHAN, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP . **Proteja esta Casa – Retratos da Moradas Brasileiras**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2009.

IPHAN, **Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular** - CNFCP . Online. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12826&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>>. Acesso em 21 de abril de 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades** São Paulo. Ed. Casa da Palavra, 2005.

LACERDA, Cristane S. de . **A incorporação imobiliária para os setores de baixa classe média em Belo Horizonte**. Belo Horizonte 1997.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico?**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2005.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro : Record, 2005.

LIMA, M.O, et all. **Avaliação de arsênio total, de elementos traços e bacteriológica em águas de consumo na comunidade do Elesbão, Município de Santana, Estado do Amapá, Brasil** IN: CAD. SAÚDE COLET., RIO DE JANEIRO, 15 (4): 467 - 482, 2007. Online. Acesso em 23 de junho de 2013. Disponível em: <http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/artigos/2007/cadsaudecolet2007v15n4p467-482.pdf>

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo. Martins Fontes 1997.

MASCARÓ. Juan Luis,. **Desenho urbano e custos de urbanização**. Brasília, 1987.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. **Guia de Adesão: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social**, Brasília. 2008.

MENDES, Camila Faccioni **Paisagem Urbana. Uma mídia redescoberta** . Editora Senac, São Paulo, 2006.

MENESES, ULPIANO B. **Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos**, in CJ Arquitetura, nº 19, Patrimônio Cultural de São Paulo. São Paulo: F. C. Editora, 1978.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci. Towards a phenomenology of architecture**. Londres, Academy Editions, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio – Um guia**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

POULOT, Dominique. **Um ecossistema do patrimônio**. p 26-43 In: CARVALHO, C. et alli (org.) . *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008

RABELLO, Sonia. **O estado na preservação de bens culturais – o tombamento**. Rio de Janeiro; IPHAN, 2009.

RASMUSSEN, Steen Eiler. Tradução Alvaro Cabral **Arquitetura Vivenciada**. 2ª Edição. São Paulo,. Editora Martins Fontes. 2002.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 76-96.

RIBEIRO, Rafael W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Pesquisa e Documentação do IPHAN. IPHAN/COPEDOC, Rio de Janeiro, 2007

REISEWITZ, Lúcia. **Direito Ambiental e Patrimônio Cultural: direito a preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro**. São Paulo. Editora Juarez de Oliveira., 2004

RYKWERT, Joseph, **A casa de adão no Paraíso: a idéia da cabana primitiva na história da arquitetura**. São Paulo. Editora Perspectiva., 2009.

RYKWERT, Joseph, **A sedução do lugar : a história e o futuro da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

SANCHÉZ, M.L & OLIVEIRA, M.F. Patrimônio modesto em movimento: diálogos urbanos entre história social e arquitetura Revista Eletrônica Arquitextos. Disponível on line em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/167>>.

SALVADORI, M. A. B. . **História, ensino e patrimônio**. 1. ed. Araraquara: Junqueira&Marin SA, 2008. v. 01. 65 p.

Scarpelli, W. Arsênio do minério de manganês de Serra do Navio IN: **Novos Cadernos NAEA** v. 6, n. 1, p. 101-133, jun. 2003. Online. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/85/134>>

SILVA, Elan. **Matéria, idéia, forma: uma definição de arquitetura.** Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1994. P.98-100

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico.** Porto Alegre: UFRGS, 198.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIMÃO, Maria Cristina R. **Preservação do patrimônio cultural das cidades.** Belo Horizonte. Editora Autêntica., 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de trabalho Científico.** São Paulo. Cortez Editora., 2007.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** Curitiba. Juruá Editora, 2006  
TIBUCIO, Isa Helena. **A face pública da arquitetura ordinária: análise crítica da arquitetura residencial recente de Belo Horizonte: Bairro Buritis.** Belo Horizonte, 2000. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

TOSTES, V. L. B. **Um olhar, muitas questões.** P.7-10 In: CARVALHO, C. et alli (org.) . *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro Editora Garamond Universitária., 2008.

VENTURI, Robert. **Aprendendo com Las Vegas.** São Paulo. Editora Cosac & Naify., 2003.

VILLAÇA, Flávio; **Espaço intra-urbano no Brasil;** São Paulo: Studio Nobel, 1998

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo. Editora Martins Fontes, 2005

## APENDICE A – Base de dados Qualitativos/Quantitativos tabulados das fichas do Inventário do Conhecimento

| ID | INFORMAÇÕES BÁSICAS          |                      |              |                      | FACHADA          |                 |           |            |        |          |          | PLANTA            |           |                         |                   |         |            |      |          |                          |      |                |
|----|------------------------------|----------------------|--------------|----------------------|------------------|-----------------|-----------|------------|--------|----------|----------|-------------------|-----------|-------------------------|-------------------|---------|------------|------|----------|--------------------------|------|----------------|
|    | TEMP O DA CONST RUÇÃO (ANOS) | ESTRUTURA DA VEDAÇÃO | COBERTURA    | CAIMENT O DO TELHADO | AGUAS DO TELHADO | SENTIDO DA RIPA | VAR AND A | ALP END RE | VÃOS   | JANELA   | PORTA    | NÚMERO DE COMODOS | PALAFI TA | ACESSO A PASSARE LA/RUA | DIVISÃ O INTER NA | QUART O | TIPOLOGI A | SALA | SERVIÇ O | NU MER O DE PAVI MEN TOS | I.S. | GUA RDA COR PO |
| 1  | 14                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | UMA              | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | UM                | SIM       | DIRETO                  | NÃO               | N.A.    | TIPO 0     | N.A  | NÃO      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 2  | 2                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | SIM        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO             | SIM       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO Z     | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | SIM            |
| 3  | 9                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | DOIS   | N.A      | N.A      | DOIS              | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | N.A     | TIPO 0     | DUAS | NÃO      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 4  | 4                            | ALVENARIA            | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | N.A             | NÃO       | NÃO        | QUATRO | DIREITA  | DIREITA  | SEIS              | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | TRES    | TIPO RET   | DUAS | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 5  | 8                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | VERTICAL        | SIM       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | SEIS              | SIM       | DIRETO                  | SIM               | TRES    | TIPO RET   | UMA  | NÃO      | UM                       | NÃO  | SIM            |
| 7  | 3                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | HORIZONTAL      | SIM       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO             | NÃO       | INDIRETO                | SIM               | TRES    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | DOIS                     | NÃO  | SIM            |
| 8  | 5                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | TRES   | DIREITA  | ESQUERDA | SEIS              | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 9  | 6                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | TRES             | HORIZONTAL      | SIM       | NÃO        | TRES   | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO             | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | SIM            |
| 10 | 5                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | SIM       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO             | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | SIM            |
| 11 | 12 SEM INFO                  | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | HORIZONTAL      | NÃO       | SIM        | UM     | DIREITA  | DIREITA  | SEIS              | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 12 |                              | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO            | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | UM      | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 13 | 15                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | TRES             | HORIZONTAL      | NÃO       | SIM        | DOIS   | ESQUERDA | ESQUERDA | TRES              | NÃO       | DIRETO                  | SIM               | UM      | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 14 | 25                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | HORIZONTAL      | NÃO       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | SEIS              | SIM       | INDIRETO                | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | DUAS | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 15 | 12                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | HORIZONTAL      | NÃO       | SIM        | UM     | ESQUERDA | ESQUERDA | SEIS              | SIM       | INDIRETO                | SIM               | TRES    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 25 | 1                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | TRES   | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO             | SIM       | INDIRETO                | SIM               | DOIS    | TIPO Z     | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 26 | 3                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | TRES              | NÃO       | INDIRETO                | SIM               | UM      | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 27 | 15                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | UM     | ESQUERDA | DIREITA  | UM                | SIM       | DIRETO                  | NÃO               | N.A.    | TIPO 0     | N.A  | NÃO      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 28 | 3                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | TRES   | ESQUERDA | DIREITA  | UM                | SIM       | DIRETO                  | NÃO               | N.A.    | TIPO 0     | N.A  | NÃO      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 29 | 8                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | TRES   | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO             | SIM       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO Z     | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 30 | 10                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | NÃO       | NÃO        | DOIS   | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO            | SIM       | DIRETO                  | SIM               | DOIS    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | NÃO            |
| 31 | 9                            | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | LATERAL              | DUAS             | VERTICAL        | SIM       | NÃO        | TRES   | ESQUERDA | DIREITA  | SEIS              | SIM       | DIRETO                  | SIM               | TRES    | TIPO RET   | DUAS | SIM      | UM                       | NÃO  | SIM            |
| 32 | 15                           | MADEIRA              | FIBROCIMENTO | FRONTAL              | TRES             | HORIZONTAL      | NÃO       | SIM        | DOIS   | ESQUERDA | ESQUERDA | SEIS              | SIM       | DIRETO                  | SIM               | TRES    | TIPO RET   | UMA  | SIM      | UM                       | NÃO  | SIM            |

|    |          |           |              |         |      |            |     |     |      |          |          |        |     |          |     |       |           |      |     |      |     |     |
|----|----------|-----------|--------------|---------|------|------------|-----|-----|------|----------|----------|--------|-----|----------|-----|-------|-----------|------|-----|------|-----|-----|
| 33 | 19       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | TRES | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | NÃO | NÃO |
| 34 | 3        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | NÃO | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 36 | 13       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | SIM | NÃO | TRES | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO Z    | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 37 | 6        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | TRES | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO | NÃO | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | NÃO | NÃO |
| 38 | 19       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 39 | 5        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | SIM | NÃO | TRES | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | TRES  | TIPO Z    | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 40 | 4        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | TRES | ESQUERDA | DIREITA  | SEIS   | SIM | DIRETO   | SIM | TRES  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 41 | 2        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | TRES | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO Z    | UMA  | SIM | UM   | NÃO | NÃO |
| 42 | 19       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | VERTICAL   | SIM | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | SETE   | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO Z    | UMA  | SIM | UM   | NÃO | NÃO |
| 43 | 7        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | TRES | DIREITA  | ESQUERDA | OITO   | SIM | DIRETO   | SIM | CINCO | TIPO RET  | UMA  | NÃO | DOIS | NÃO | NÃO |
| 44 | 15       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | UM    | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 45 | SEM INFO | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO IRR. | UMA  | SIM | UM   | NÃO | SIM |
| 46 | 30       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | TRES | N.A      | N.A      | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO IRR. | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 47 | 15       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | N.A      | DIREITA  | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | UM    | TIPO IRR. | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 48 | 20       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | QUATRO | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | SIM |
| 49 | 5        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 50 | 15       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO | SIM | INDIRETO | SIM | TRES  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 51 | 12       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | QUATRO | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 52 | 12       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO RET  | DUAS | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 53 | 0,67     | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | N.A.     | N.A      | TRES   | SIM | INDIRETO | SIM | UM    | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | SIM | NÃO |
| 54 | 3        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | SIM | UM   | SIM | NÃO |
| 56 | 2        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | UM    | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 57 | 6        | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 58 | 10       | ALVENARIA | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | N.A.     | N.A      | QUATRO | NÃO | DIRETO   | SIM | UM    | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 59 | SEM INFO | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | N.A      | DIREITA  | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | N.A   | TIPO RET  | N.A  | NÃO | TRES | SIM | NÃO |
| 60 | 12       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | SETE   | SIM | DIRETO   | SIM | TRES  | TIPO RET  | DUAS | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 61 | 19       | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | SETE   | SIM | DIRETO   | SIM | TRES  | TIPO RET  | DUAS | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 62 | SEM INFO | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | TRES  | TIPO RET  | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |

|    |              |           |              |         |             |            |     |     |      |          |          |        |     |          |     |      |          |      |     |      |     |     |
|----|--------------|-----------|--------------|---------|-------------|------------|-----|-----|------|----------|----------|--------|-----|----------|-----|------|----------|------|-----|------|-----|-----|
| 63 | 3            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | TRES | N.A      | N.A      | QUATRO | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS | TIPO Z   | DUAS | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 64 | 19           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | TRES        | VERTICAL   | NÃO | NÃO | TRES | DIREITA  | ESQUERDA | DOIS   | SIM | DIRETO   | SIM | UM   | TIPO 0   | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 65 | 10           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | TRES        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 66 | 13           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | DOIS   | SIM | INDIRETO | SIM | N.A  | TIPO 0   | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 67 | 5            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | TRES | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | TRES | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 68 | 19           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | TRES | N.A      | N.A      | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | TRES | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 69 | 8            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | DOIS   | SIM | INDIRETO | SIM | N.A  | TIPO 0   | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 70 | 6            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | SIM | TRES | N.A      | N.A      | DOIS   | SIM | INDIRETO | SIM | N.A  | TIPO 0   | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 71 | 6            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | TRES   | SIM | INDIRETO | SIM | UM   | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 72 | SEM INFO     | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | UMA         | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | INDIRETO | SIM | UM   | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | SIM |
| 73 | 11           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS QUATRO | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | DOIS   | SIM | INDIRETO | SIM | N.A  | TIPO 0   | DUAS | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 74 | 7            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS QUATRO | HORIZONTAL | NÃO | SIM | TRES | N.A      | N.A      | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | UM   | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 75 | 2            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | UM     | SIM | DIRETO   | NÃO | UM   | TIPO 0   | N.A  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 76 | 5            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | UM     | SIM | DIRETO   | NÃO | N.A  | TIPO 0   | N.A  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 77 | 3            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | SIM | INDIRETO | SIM | TRES | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 78 | 10           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | UM   | N.A      | N.A      | DOIS   | SIM | INDIRETO | SIM | UM   | TIPO 0   | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 79 | 10           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | CINCO  | NÃO | INDIRETO | SIM | TRES | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 80 | 4            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | TRES | N.A      | N.A      | QUATRO | NÃO | DIRETO   | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 81 | 4            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | TRES   | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | SIM |
| 82 | 3            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | QUATRO | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 83 | 2            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | SIM | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | CINCO  | SIM | DIRETO   | SIM | TRES | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 84 | 5            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | LATERAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | TRES | N.A      | N.A      | QUATRO | SIM | DIRETO   | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | SIM | NÃO |
| 86 | 8            | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | VERTICAL   | NÃO | NÃO | DOIS | DIREITA  | ESQUERDA | QUATRO | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 88 | 20           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | NÃO | NÃO | DOIS | ESQUERDA | DIREITA  | QUATRO | SIM | INDIRETO | SIM | DOIS | TIPO RET | UMA  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 89 | 20           | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | UM   | N.A      | N.A      | UM     | NÃO | DIRETO   | NÃO | N.A  | TIPO 0   | N.A  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |
| 90 | SEM INFO SEM | ALVENARIA | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | N.A        | NÃO | NÃO | DOIS | N.A      | N.A      | DOIS   | NÃO | DIRETO   | SIM | N.A  | TIPO 0   | N.A  | NÃO | DOIS | NÃO | NÃO |
| 91 | INFO         | MADEIRA   | FIBROCIMENTO | FRONTAL | DUAS        | HORIZONTAL | SIM | NÃO | UM   | N.A      | N.A      | UM     | NÃO | DIRETO   | NÃO | N.A  | TIPO 0   | N.A  | NÃO | UM   | NÃO | NÃO |

**ANEXO A – FICHA EXEMPLO DO INVENTÁRIO DO CONHECIMENTO UTILIZADA COMO BASE DE DADOS PARA O LEVANTAMENTO. EM DESTAQUE EM VERMELHO AS FOTOGRAFIAS, PLANTAS E CROQUIS UTILIZADOS.**

FICHA 01

|   |                                      |             |              |
|---|--------------------------------------|-------------|--------------|
| Vila do Elesbão – município de Santana/AP |                                      |             |              |
| <b>TÉCNICOS RESPONSÁVEIS</b>              | Leonardo de Jesus dos Santos Beltrão | <b>DATA</b> | 05/06 / 2009 |

**MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL**

**LEGENDA**

- Moradores entrevistados;
- Localização dos estaleiros de carpintaria naval;
- Passarelas.

**Endereço:** Ramal da Olaria Nº 100 – Elesbão

**IDENTIFICAÇÃO**

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>Nome do Responsável</b>                          | Alessandra Lobato  | <b>Profissão:</b> Estudante.  |
| <b>Data de nascimento:</b>                          | 11 de setembro   | <b>RG:</b> _____ <b>sexo:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino |
| <b>Grau de Instrução:</b>                           | Fundamental incompleto   | <b>Situação na família:</b> pai/ mãe / filho/ outro: _____  |
| <b>Tempo de moradia:</b>                            | 14 anos  | <b>Anos/meses ( ) Alugada (x) Imóvel próprio ( ) cedido ( ) outro:</b> _____                                  |
| <b>Quantos moram na casa?</b>                       | Adultos ( 2 ) crianças ( 7 )   | <b>Onde estudam?</b> As crianças estudam na escola Almirante Barroso.   |
| <b>Quantos trabalham?</b>                           | Qual a função/trabalho de cada adulto? Vendedor de açai.   |   |
| <b>Renda aproximada da família</b>                  | <input checked="" type="checkbox"/> até R\$ 450,00 <input type="checkbox"/> até R\$ 1000,00 <input type="checkbox"/> mais de R\$ 1000,00 |   |
| <b>Como adquiriu o local para construir a casa?</b> | Doado.   |   |

**SOBRE A INFRA-ESTRUTURA LOCAL**

|   |  |   |
|---|--|---|
| <b>1. Paga IPTU?</b>                              | <b>Valor aproximado:</b> Não há cobrança de IPTU na área em que a comunidade vive. |   |
| <b>2. Abastecimento de energia?</b>               | <b>Valor aproximado:</b>   | <b>Boa qualidade?</b> Excelente qualidade |
| <b>3. Qualidade de Iluminação das passarelas?</b> | A iluminação das passarelas é boa  |   |

|   |                 |
|---|-----------------|
| 4. Como é o esgoto sanitário (dos banheiros e da cozinha)? Não é feito o esgotamento. Tudo que é produzido vai para o Rio.  | <b>FICHA 01</b> |
| 5. Como é o abastecimento de água? É bom, ruim? Pode ser melhorado? Ruim, a água às vezes vem suja.   |                 |
| 6. E a coleta do lixo? Como é feita? A coleta de lixo é feita pela prefeitura duas vezes na semana  |                 |
| 7. Quando adoecem, onde procuram ajuda? Posto de Saúde? Hospital? Qual? Recebem a visita dos médicos e enfermeiros do PSF? Quando adoecem a população é atendida no Posto de Saúde da Comunidade, e geralmente há mutirões de saúde |                 |
| 8. Onde as crianças brincam? Em casa, nas passarelas, nos barcos  |                 |
| 9. Qual é a diversão das pessoas aqui? Não há locais para o entretenimento na comunidade.   |                 |
| 10. Quais as festas anuais? Nossa Senhora dos Navegantes  |                 |
| 11. Que outras atividades culturais são detectadas? Marabaixo? Batuque? Há pessoas que fazem algum artesanato com palha, argila, linhas? Alguma comida típica daqui?<br>Não   |                 |
| 12. Por qual motivo você/sua família escolheu morar aqui?<br>Era a única opção.   |                 |
| 13. Vocês gostam de morar aqui? Por quê?<br>Sim, por ser tranquilo.   |                 |
| 14. Em que você acha que poderia ser melhorado aqui?<br>Melhorar a qualidade da água encanada.  |                 |
| 15. Informações complementares:   |                 |

|  |                                       |                       |
|--|---------------------------------------|-----------------------|
| <b>SOBRE A CASA</b>                            |                                       |                       |
| 1. Quanto tempo a casa foi construída? 14 anos | Quantos cômodos têm a casa? 2 cômodos |                       |
| 2. Estrutura de vedação<br>Madeira             | Cobertura<br>Fibrocimento             | Detalhes de tipologia |
| 3. Croqui da planta baixa e fachada            |                                       |                       |
|  |                                       |                       |
| Fotos  |                                       |                       |

Figura 44- Ficha típica do Inventário e Cadastro de Construções e Oficinas de Carpintarias Naval do Elesbão. Fonte: IPHAN, 2009

## **ANEXO B - CARTA SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO (1999)**

### **ICOMOS – INTERNATIONAL CONCIL ON MONUMENTS AND SITES**

Ratificada pela 12.<sup>a</sup> Assembleia Geral do ICOMOS, no México, em Outubro de 1999.

Tradução por António de Borja Araújo (2006)

#### **INTRODUÇÃO**

O património construído vernáculo ocupa um lugar central no afeto e no orgulho dos povos. Foi aceite como uma característica e como um produto atrativo da sociedade; ele surge informal, mas ainda assim ordeiramente. É utilitário e ao mesmo tempo possui interesse e beleza. É um foco da vida contemporânea e ao mesmo tempo um registro da história da sociedade. Apesar de ser o trabalho do homem, também é uma criação do tempo. Seria indigno do património do homem se não fosse prestada atenção à conservação destas harmonias tradicionais que constituem o núcleo da própria existência do homem.

O património construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.

A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais. A sobrevivência desta tradição está mundialmente ameaçada pelas forças da homogeneização econômica, cultural e arquitetônica. Como se podem deter essas forças é um problema fundamental que deve ser abordado pelas comunidades e, também, pelos governos, pelos planejadores, pelos arquitetos, pelos conservacionistas e por grupos multidisciplinares de especialistas.

Em consequência da homogeneização da cultura e da transformação socioeconômica, as estruturas vernáculas são extremamente vulneráveis em todo o mundo, enfrentando sérios problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração.

É, portanto, necessário estabelecerem-se princípios para o tratamento e para a proteção do nosso património construído vernáculo, para além da Carta de Veneza.

## QUESTÕES GERAIS

1. Os exemplos do vernáculo podem ser reconhecidos por:
  - a) uma maneira de construir partilhada pela comunidade;
  - b) um caráter local ou regional reconhecível;
  - c) coerência no estilo, na forma ou na aparência, ou o uso de tipos de construção tradicionalmente estabelecidos;
  - d) sabedoria tradicional no projeto e na construção, que é transmitida informalmente;
  - e) uma resposta efetiva às restrições funcionais, sociais e ambientais;
  - f) a aplicação efetiva de sistemas e de ofícios de construção tradicionais.
  
2. A apreciação e a proteção com sucesso do patrimônio vernáculo dependem do envolvimento e do apoio da comunidade, da continuidade do seu uso e da sua manutenção.
  
3. Os governos e as autoridades responsáveis devem reconhecer o direito que todas as comunidades têm de manterem as suas tradições de vida, de protegê-las através de todos os meios legislativos, administrativos e financeiros disponíveis, e de passá-las para as futuras gerações.

## PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO

1. A conservação do patrimônio vernáculo deve ser executada por competências multidisciplinares, embora reconhecendo a inevitabilidade da mudança e do desenvolvimento, bem como a necessidade de ser respeitada a identidade cultural estabelecida.
  
2. O trabalho atual em edifícios, grupos e povoados vernáculos deve respeitar os respectivos valores culturais e o seu caráter tradicional.
  
3. Frequentemente, o vernáculo é representado apenas por estruturas únicas, e é mais bem conservado pela manutenção e pela preservação de grupos de edificações e de povoados comum caráter representativo, região por região.

4. O patrimônio vernáculo edificado é uma parte integral da paisagem cultural, e este relacionamento deve ser tomado em consideração no desenvolvimento das abordagens de conservação.

5. O vernáculo abrange não só a forma e a fábrica física dos edifícios, das estruturas e dos espaços, mas também as formas pelas quais eles são usados e compreendidos, e as tradições e associações intangíveis que lhes estão associadas.

## LINHAS DE ORIENTAÇÃO PRÁTICA

### 1. Investigação e documentação

Qualquer trabalho físico sobre um edifício, ou sobre uma estrutura vernácula, deve ser cuidadoso e deve ser precedido por uma análise completa da sua forma e da sua estrutura. Este documento deve ser conservado num arquivo acessível ao público.

### 2. Localização, paisagem e grupos de edifícios.

As intervenções sobre estruturas vernáculas devem ser executadas de uma forma que respeite e mantenha a integridade da localização, do relacionamento com a paisagem física e cultural, e das diversas estruturas entre si.

### 3. Sistemas tradicionais de construção

A continuidade dos sistemas tradicionais de construção e das competências artesanais associadas com o vernáculo é fundamental para a expressão vernácula, e é essencial para a reparação e para o restauro destas estruturas. Tais competências devem ser retidas, registradas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação.

### 4. Substituição de materiais e de partes

As alterações que respondem legitimamente às solicitações do uso atual devem ser efetuadas pela introdução de materiais que mantenham a consistência da expressão, da aparência, da textura e da forma de toda a estrutura, bem como a consistência dos materiais de construção.

### 5. Adaptação

A adaptação, e o novo uso, das estruturas vernáculas devem ser executados de forma que respeite a integridade da estrutura, o seu caráter e a sua forma sendo, ao mesmo tempo, compatível com padrões de vida aceitáveis. Onde não houver quebra na continuidade de utilização das formas vernáculas, um código de ética próprio da comunidade pode servir como ferramenta de intervenção.

#### 6. Alterações e restauro de época

Devem ser apreciadas e compreendidas as alterações ao longo do tempo como sendo aspectos importantes da arquitetura vernácula. Normalmente, não deve ser objetivo dos trabalhos sobre estruturas vernáculas procurar-se a conformidade de todas as partes com um único período.

#### 7. Formação

Para se conservarem os valores culturais de expressão vernácula, os governos, as autoridades Responsáveis, os grupos e as organizações devem dar relevo ao seguinte:

- a) Programas de educação para conservadores sobre os princípios do vernáculo.
- b) Programas de formação para apoiar as comunidades na manutenção dos sistemas, materiais e competências artesanais tradicionais de construção.
- c) Programas de informação que aumentem a consciência pública sobre o vernáculo, especialmente entre a geração mais nova.
- d) Redes regionais sobre arquitetura vernácula, para troca de competências e de experiências.

*CIAV Comitê Internacional da Arquitetura Vernácula*

*Madrid, 30 de Janeiro de 1996.*

*Jerusalém, 28 de Março de 1996.*

*Mikkeli, 26 de Fevereiro de 1998.*

*Santo Domingo, 26 de Agosto de 1998.*

*ICOMOS: Estocolmo, 10 de Setembro de 1998.*